Não queria compor outro Quixote – o que é fácil – mas o Quixote.

Trecho do texto "Pierre Menard, autor do Quixote", de Jorge Luis Borges. *In Ficções*, parte de O Jardim de Veredas que se Bifurcam (São Paulo: Globo, 2003).

3. Formação Discursiva e seus imbricamentos conceituais

A ambição de Menard era produzir palavra por palavra, linha por linha, algumas páginas do Dom Quixote de Cervantes. Projeto que, nas palavras do narrador do conto, fez a partir do enriquecimento da arte da leitura em seu "anacronismo deliberado" e em suas "atribuições errôneas".

O texto *Pierre Menard, autor do Quixote*, de autoria de Borges, remete-nos ao conceito de formação discursiva e, uma vez mais, aos autores Foucault e Pêcheux.

Como já anteriormente assinalado (Capítulo 1), o conceito de *formação discursiva* é decisivo em nosso trabalho, não somente por construir as bases para o que desenvolvemos sobre *modos de ler/dizer*, intimamente ligados a esse conceito, como pretendemos demonstrar neste capítulo, mas por fazer convergir outros tantos conceitos que o embasam, o alicerçam, travam com ele relações, e dão condições de prosseguimento para nossas reflexões. É o caso, por exemplo, dos conceitos de *formação ideológica*, das *teorias dos dois esquecimentos* relacionadas às formações discursivas e ideológicas, às *práticas discursivas*, que promovem os processos de subjetivação e que projetam o aparecimento da *forma-sujeito*. Atrelam-se a esses elementos a relação entre *ideologia* e *inconsciente*, que, por sua vez, promoverá a aparição dos conceitos de *memória* e *interdiscurso* e como são atualizados no "fio do discurso" ou *intradiscurso*.

Todos esses aportes teóricos representam as condições para que os conceitos-base de nossas formulações venham, por fim, à tona e à tônica discursiva: o próprio conceito de *discurso* (que consideramos ter de ser concretizado, materializado, somente ao término desse nosso elenco conceitual, já que o conforma e emoldura) e o de *sujeito* (que, pelas mesmas razões, é a razão de existir de todo esse arranjo conceitual).

Vale ressaltar que a divisão conceitual em tópicos presta-se a uma justeza didática que intenta, na dissimulação que perpassa toda intenção discursiva, organizar a fala, retirar supostas asperezas, nebulosidades e opacidades de pensamentos que, sabemos, ilusoriamente apenas pensamos atingir.

Todos os conceitos aqui expostos se constroem na trama discursiva própria às articulações teóricas de Pêcheux e assim deverão (supostamente) ser organizadas na mente do leitor, porém é o *caminho* conceitual que gostaríamos aqui de marcar para orientar o leitor em nossas reflexões futuras.

Destacamos, ainda, a importância de travar um diálogo entre as posições teóricas de Pêcheux e Foucault na definição de nosso conceito-base, *formação discursiva*, pois assim se estabeleceu nos estudos e pesquisas da Análise de Discurso de linha francesa.

Resta-nos, ainda, preparar o leitor para um conceito que será projetado a partir de todos esses já mencionados (Capítulos 1 e 2) e que vem a sua esteira e determinação, o de autoria, e que será discutido no Capítulo 4.

Portanto, este será um capítulo de definições, de conclaves teóricos e enquadramentos conceituais, que encaminhará o leitor para nossa proposta e hipótese de trabalho.

3.1. Reescrevendo Foucault

Logo no início de *A Arqueologia do Saber*, Michel Foucault redefine o que para ele caracterizaria uma prática histórica tradicional em contraposição a uma prática histórica atual[38]

> [...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a 'memorizar' os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem: em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (2004a, p.8).

Nessa sua formulação, podemos ler, pelo menos, dois *rastros significantes*. Primeiramente, sua preocupação em organizar e explicitar um percurso histórico de construção do pensamento e de saberes (tanto individual, pois se reporta a sua própria pesquisa, quanto do *homem sócio-histórico*; e, portanto, um percurso caracterizado pelo político-social) pautado por uma *arqueologia dos saberes*, em suas próprias palavras, por uma "descrição intrínseca do monumento" (Ibid., p.8). E, na esteira desse primeiro rastro, com ele se conectando e promovendo bifurcações, sua preocupação com o discurso, com um *fazer* discursivo, que necessita, em sua conformação, ser organizado, agrupado. Idéia que será mais bem sistematizada, posteriormente, em seu conceito de *formações discursivas*.

Esse seu interesse pela conformação discursiva, pelo funcionamento do discurso, que se pauta na relação - pelos discursos estabelecida e que, simultaneamente, os estabelece - entre a história e a estrutura, o levará a discutir o conceito de *acontecimento*: por mais que cada manifestação discursiva esteja filiada a uma formação discursiva, atrelada a outros dizeres, nunca será idêntica a uma outra que a precedeu.

Poderemos perceber que, gradativamente, Foucault irá promover/adensar um questionamento em torno da idéia de *continuidade*, que, até então, embasava as discussões que envolviam o *fato histórico*. Esse questionamento irá se reforçando à medida que o autor

---

[38] Vale ressaltar o caráter de explicitação teórico-metodológica e de questionamentos feitos a Foucault, principalmente pelos althusserianos, com relação às suas posições políticas e teóricas (dentre os questionadores, encontra-se Michel Pêcheux, sob o codinome de Thomas Herbert) que comparece em *A Arqueologia do Saber*, que, por esse caráter, pode ser visto como o livro-resposta de Foucault às críticas feitas a seus livros anteriores. Tais informações estão mais bem sistematizadas em GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso* – diálogo e duelos. São Paulo: Claraluz, 2006.

avança em suas formulações sobre/imbricações entre os conceitos de *arqueologia*, *discurso*, *enunciado*, *acontecimento*, *formação discursiva*.

E é seu conceito de acontecimento, e o que envolve em termos de ruptura com os de unidade e continuidade, que possibilitará, segundo as concepções foucaultianas, ao historiador transformar documentos em monumentos. E, a nosso ver, *acontecimento* pode ser considerada uma categoria que possibilitará a todo pesquisador ler, por entre ela - no que antes era imobilidade, certeza, exatidão -, discurso.

Passaremos, sumariamente, pelos principais conceitos formulados por Foucault em *A Arqueologia do Saber*, essenciais para a fundamentação da Análise de Discurso como área de conhecimento, para depois nos atermos mais especificamente aos de maior interesse para este trabalho.

Partindo de seu pressuposto teórico e metodológico que analisa o saber a partir de uma arqueologia, Foucault não considera pertinente ver a língua apenas como um campo de possibilidades de formas lingüísticas, como, enfim, virtualidade, mas o que nela deve ser observado de modo mais específico é o *enunciado*. Como unidade elementar do discurso e em sua singularidade, o enunciado não deve ser entendido em si mesmo como uma unidade, mas como função. Na condição de função teria como característica exatamente cruzar esse campo de virtualidades que é a língua e fazer aparecerem no tempo e no espaço, em sua concretude, estruturas e unidades lingüísticas. Assim, não seriam a origem do dizer ou o indivíduo que o produz que definiriam a construção de um enunciado, mas o que Foucault chamou de *função enunciativa*: um enunciado é produzido por um sujeito a partir de um lugar institucional por ele ocupado e que é sócio-historicamente determinado.

O enunciado, compreendido em sua singularidade, implica o conceito de *acontecimento discursivo*, visto pelo autor, como irrupção histórica. A cada acontecimento discursivo corresponde uma série infinita de outros, o que pressupõe articulações, relações discursivas. Nesse jogo discursivo, Foucault vê uma dialética entre singularidade e repetição. O enunciado caracteriza-se por sua singularidade, por sua irrupção histórica promovida pela função enunciativa, e, ao mesmo tempo, é possível de ocorrer em decorrência de uma memória. É singular na articulação com outros enunciados que o antecederam e que se projetam e o projetam para outras articulações discursivas.

Em uma ambiência escolar, essa dialética é prevista e pressuposta. A instituição escolar representa este imenso arquivo cultural em que podemos visualizar um sem número de Pierre Menards em seu trabalho cotidiano, de leitura e escrita, entre o apropriar-se de um

saber, fruto de uma memória que se construiu no coletivo e que se oferece ao coletivo, e o tentar mobilizar (-se) esse (nesse) saber.

O diálogo entre o singular e o regular teoricamente promovido pelas ambiências escolares igualmente está representado de modo radical em Irineu Funes (outra personagem de Borges, essa a do conto *Funes, o memorioso*), que, aos dezenove anos, parecia "monumental como o bronze, mais antigo que o Egito, anterior às profecias e às pirâmides" (2003, p.128).

A cada conjunto formado por essa relação entre singularidade e descontinuidade, regularidade e dispersão, entre arquivo e discurso, Foucault nomeia de *formação discursiva.* A esse conceito e a essas relações que o definem atrelar-se-ão noções como as de referencialidade, modos de enunciação, posições subjetivas, sistema (que regula, define e prescreve as formações discursivas).

A formação discursiva seria, para Foucault, o ponto de conexão entre discurso, sujeito e sentido, e campo em que se institui a História.

Quando forem observadas regularidades de acontecimentos discursivos (que não representam *verdades*, mas identidades temáticas e formais), estaremos, segundo o autor, diante do conceito de *positividade*, que se define por uma unidade que se estabelece através do tempo e é marcada por ir além do *indivíduo* e do *texto* por ele produzido. Chegamos, com esse conceito, ao que Foucault denominou de *arquivo*, por sua vez, conceito-síntese ou articulador dos anteriores, na medida em que concentra *implicações*: os enunciados são determinados sócio-historicamente e, em movimentos de dispersão e continuidade, aglutinam-se em formações discursivas que acabam por constituir sistemas de enunciados ou *arquivo*. O *arquivo* é o que promove, portanto, a irrupção dos acontecimentos discursivos no campo da História, fruto de uma memória e da singularidade do sujeito.

O sujeito revela-se nessa dispersão/continuidade discursiva em diferentes posições. FOUCAULT (2004a) explicita que um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes lugares, o que corresponde a dizer que um mesmo sujeito pode exercer várias funções enunciativas, a depender da relação estabelecida entre sujeito e discurso. Essas diferentes relações Foucault nomeou de *posições-sujeito*.

Os enunciados acabam por se conformar em formações discursivas, que operam continuamente no entremeio de outras formações discursivas. A produção de sentido, portanto, se estabelece a partir das relações travadas entre enunciados de várias formações, na heterogeneidade promovida pela própria rede de conformação dessas formações e produzida pelas posições-sujeito. Esse entremeio produtor da heterogeneidade discursiva, das relações

entre sujeitos e enunciados, Foucault chamou de *campo associativo*, que Jean-Jacques Courtine (2006) desenvolveu como *memória discursiva*.

Vale ressaltar que Foucault, ao operar com o conceito de enunciado, não o condiciona exclusivamente às manifestações discursivas verbais (há leituras clássicas de enunciados não-verbais feitas por Foucault, como é o caso da tela *As meninas*, de Velasquez, cuja análise encontra-se em seu livro *As Palavras e as Coisas*). Essa abertura conceitual o aproxima de uma Semiologia, antecipada por Saussure no *Curso de Lingüística Geral*. Porém, assim como nesse aspecto aproxima-se do lingüista genebrino, já em outro se afasta dele, considerando-se que o sistema verbal não é seu foco exclusivo de análise e era um dos interesses primordiais de Saussure. Essa distinção acaba por aproximar Pêcheux de Saussure e afastá-lo, em parte, de Foucault, na medida em que temos em Pêcheux também uma preocupação centrada na lingüística para o verbal, posicionando-se, porém, frente a questões discursivas e não estritamente lingüísticas.

Como o discurso é pautado em conjuntos de enunciados construídos sócio-historicamente (decorrendo daí o conceito de *práticas discursivas* de Foucault), chega-se com Foucault (2004b) à sua concepção de ordem do discurso, que convergirá para os mecanismos de controle discursivo: nem tudo pode ser dito em qualquer lugar por qualquer sujeito.

Resulta, dessa trama conceitual, que o saber é fruto do *funcionamento* das práticas discursivas, das quais o sujeito não se apodera integralmente, não podendo com relação a elas assumir uma autoria, já que é regulado, assim como seu discurso, pelas condições sócio-históricas em que se insere.

É dessa síntese conceitual que se abrem outros questionamentos, todos eles entrelaçados ao conceito de discurso em sua condição de acontecimento. A validação de laços de sentido construídos historicamente e sem questionamento e que constituem o modo como os discursos são interligados necessita, segundo o autor, de uma outra leitura. Foucault, ainda em *A Arqueologia do Saber*, propõe que se desalojem alguns pressupostos historicamente estabilizados e que de seu interior se rediscutam, além de conceitos, definições, procedimentos metodológicos a eles relacionados, os problemas teóricos deles decorrentes ao pesquisador dessas "disciplinas tão incertas de suas fronteiras, tão indecisas em seu conteúdo, que se chamam história das idéias, ou do pensamento, ou das ciências, ou dos conhecimentos" (2004a, p.23).

Assim, traz a uma revisão conceitual as noções de tradição, influência, desenvolvimento e evolução, "mentalidade" ou "espírito" e a uma suspensão indagadora as unidades livro e obra. Todas elas, noções e unidades, estariam ligadas ao tema da

continuidade, em torno do qual as discussões propostas sobre discurso, a partir da leitura que dele faz Foucault, segundo o próprio autor, exigem desse tema e dos elementos a eles relacionados um deslocamento sobre o *modo de serem lidos e (re) ditos*.

A noção de tradição é dessa maneira problematizada por Foucault:

> ela visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos (Ibid, pp.23-24).

A essa noção relaciona-se a de influência, responsável pela atribuição a processos de andamento causal os fenômenos de semelhança ou repetição. E cabe a ela interligar, espácio-temporalmente, as unidades indivíduos, obras, noções e teorias.

As noções de desenvolvimento e evolução permitem relacionar a um mesmo e único princípio organizador uma sucessão de acontecimentos dispersos, o que as capacitaria a operar com as noções de coerência e unidade. O mesmo pode ser dito das noções de "mentalidade" ou "espírito", que, tendo como princípio de constituição a unidade, estabelecem, em um jogo especular, ligações simbólicas, de sentido, entre fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma época determinada[39].

Voltando-se para as unidades livro e obra, Foucault constrói algumas indagações acerca de que elementos são considerados para que se defina a unidade de um livro (a individualização material do livro; o fato de ser ocupante de um espaço determinado; de ser possuidor de um valor econômico; de poder contribuir para o estabelecimento de uma obra, reconhecida e delimitada, que, por sua vez, atribui um certo número de textos a um autor?). Questiona sobre a relação entre a unidade material do volume e a unidade discursiva que a sustenta, ampla, heterogênea, multiforme. Todas essas reflexões o levam a pensar no caráter variável e relativo da noção de *unidade*, atrelada sempre a sistemas de remissões, relações, enfim, diálogos entre frases, textos, livros, obras; diálogos que ocorrem no entremeio do interdiscurso, das formações discursivas, dos gêneros, dos modos de ler e dizer o mundo.

O *autor de texto* em uma instituição escolar (seja ela de Ensino Fundamental, Médio, de cursos pré-vestibulares, de Ensino Superior – o que inclui os cursos de pós-graduação e

[39] De maneira não tão bem articulada, mas que merece citação e aprofundamento futuro a partir deste trabalho, é seu questionamento sobre a distinção de grandes tipos de discurso ou de gêneros que se opõem uns as outros.

suas produções acadêmicas) envolve-se em e é envolvido por essa maquinaria discursiva (já que a alimenta) que, à semelhança do modo de ler e de escrever de Menard, indica caminhos a serem trilhados. Esses índices pressupõem diálogos – entre frases, textos, livros, obras – e relações, que por sua natureza e condição linguageira e, portanto, simbólica, implicam posições subjetivas.

Essas considerações nos levam a aproximarmo-nos do que Foucault propôs sobre o conceito de autoria. Tentando deslocar o nome próprio, a assinatura de textos, identificado a uma autoria, o filósofo não vê a obra como unidade imediata, certa e homogênea, considerando-se que essa unidade, a obra, é constituída por uma operação interpretativa, "já que decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo" (2004a, p.27).

Finalizando suas reflexões acerca das unidades e temas que devem ser revistos, e que, em nossa leitura, relacionam-se a suas idéias sobre autoria, Foucault propõe a renúncia a dois temas que, simultaneamente, se implicam e se opõem: a busca, na ordem do discurso, de uma origem do formulado e a presença no discurso de um já-dito (que seria, ao mesmo tempo, um não-dito).

Ao primeiro tema, liga-se a idéia de que a todo discurso subjaz uma origem verdadeira, tão secreta quanto inacessível. Tentar atingi-lo, ou mesmo pensar em sua existência, seria recuar indefinidamente a um ponto "jamais presente em qualquer história" (Ibid., p.27).

O segundo tema remete a um discurso sem corpo, supõe um meio-silêncio, prévio e *sub-jectum* ao discurso, recoberto e silenciado por ele[40].

Foucault salienta que essas unidades e temas não devem ser *recusados definitivamente*. Como construções históricas *representam*, mas seriam as regras dessa representação, dessa construção histórica, que necessitariam ser conhecidas.

O discurso a ser tratado na suspensão desses temas e unidades é o do jogo de sua instância, como *irrupção singular de um acontecimento*.

Descrever os acontecimentos discursivos seria parte de um projeto de busca das unidades que neles se formam. Do encontro entre a "pontualidade em que aparece" e a "dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado, escondido" (2004a, p.28), irrompe o discurso e com ele a questão de análise proposta por

[40] Tais formulações nos remetem ao processo de funcionamento dos sonhos, tal como concebido por Freud, em que se tem o discurso relatado, manifesto (o sonho narrado) e o discurso latente (o discurso cifrado, o sonho em si).

Foucault, e em outro ponto de nosso texto mencionada (Capítulo 1): "como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?" (2004a, p.30).

Para discuti-la, o autor distingue a abordagem lingüística da abordagem discursiva acerca dos fatos de linguagem. A língua, como sistema de construções/relações possíveis, torna-se e autoriza um campo infinito de desempenhos. Os acontecimentos discursivos, apesar de serem capazes de ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, de leitura, constituem-se na e da limitação das seqüências lingüísticas formuladas.

Juntamente a essa distinção entre uma abordagem lingüística e uma discursiva do processo de significar e de se fazer significar do sujeito, Foucault aponta que uma "análise do pensamento" seria sempre "alegórica em relação ao discurso que utiliza" (Ibid, p.31). Busca-se

> a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas (2004a, p.30).

Busca-se, enfim, o restabelecimento do invisível, que percorre o entremeio do escrito/dito, formulado.

Uma análise do campo discursivo seria orientada para a compreensão do enunciado na singularidade de sua *situação*, na determinação das *condições* de sua existência, da fixação de seus *limites*, do estabelecimento de suas *correlações* com enunciados diversos e, simultaneamente, da *exclusão* de outros.

O acontecimento discursivo, portanto, considera a formulação de um enunciado, cuja existência é remanescente no campo de uma memória ou de um arquivo, é único, porém aberto à repetição, à transformação, à reativação, e está sempre ligado a enunciados precedentes e aos que o seguem.

Foucault, ao sugerir que os temas e unidades por ele elencados sejam revisitados e suspensos, indaga sobre o fazer discursivo e, principalmente, sobre a análise discursiva, a posição que assume a noção de *continuidade*. Historicamente, tal noção teria construído a base para as outras noções ou unidades (as de tradição, influência, desenvolvimento e evolução, "mentalidade" ou "espírito", de livro e obra) e temas (da origem do dizer e do *sub-jectum* discursivo que se almeja nele revelar).

A questão proposta por Foucault não é de recusa a eles (o que revelaria uma recusa a determinados modos de ler sócio-historicamente estabelecidos e, de certa forma, invalidaria suas idéias), mas a de evidenciar como se constituem em efeitos de uma construção,

discursiva e, portanto, histórica e que, por isso, suas regras de construção devem ser conhecidas; suas justificativas, controladas; definidas em que condições devem ser legitimadas e em vista de quais análises não devem ser admitidas.

Relativizando essa ordem discursiva, Foucault instaura, discursivamente, uma outra: questionando o processo de legitimação dessas unidades, noções e temas, o autor sugere uma "análise da coexistência de enunciados, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa" (2004a, p. 33). Sugere um reagrupamento de enunciados em seus jogos de relações, considerando-se a descontinuidade como um elemento do processo discursivo, como *fato* do enunciado ou integrante do acontecimento discursivo e não como um acidente que produz uma falha na História.

Aproxima-se aqui de sua sistematização do conceito de formação discursiva. Aponta, de início, a dificuldade de se definir categoricamente *enunciado* e, conseqüentemente, como se dariam seus agrupamentos. Questiona-se utilizando alguns exemplos e levantando algumas hipóteses: existiria *a* medicina? os enunciados referentes a um objeto poderiam, dispersos no tempo, formar um mesmo conjunto, como o objeto *loucura* e os enunciados diversos sobre os *loucos*? seria o espaço por onde transitam os enunciados o critério para a construção de tal agrupamento? seriam a forma, o tipo de encadeamento ou um certo *estilo* que definiriam um grupo de relações entre enunciados, ou essa definição estaria a cargo de conceitos permanentes e coerentes, ou ainda com base em categorias como identidade e permanência de temas?

Lançamos, no rastro significante deflagrado por Foucault, um nosso: existiria *a* educação, *um* discurso pedagógico que, em sua constituição, formaria um único conjunto de enunciados; o espaço escolar seria a condição necessária para sua circulação, reprodução, apropriação; poderíamos, referindo-nos a sua existência, conceber sua forma, tipos de encadeamentos, estilo e temas a eles relacionados?

Como formação discursiva, não estaria *o* discurso pedagógico constituindo-se no e do entremeio de outras formações, com elas se articulando, se desconectando, se reagrupando continuamente, a partir de determinadas regularidades?

A detecção de uma regularidade, para que agrupamentos de enunciados fossem possíveis, não estaria ligada a uma descrição interna desses enunciados, nem a sua possível coerência ou ainda à reconstrução de cadeias de inferências ou estabelecimento de quadros de diferenças, mas à descrição de *sistemas de dispersão*.

Nas palavras de Foucault,

> no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas[41], se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade (2004a, p.43, grifo do autor).

[41] Considera-se relevante apontar que o conceito de formação discursiva será discutido em todo o livro *A Arqueologia do Saber* e não somente no capítulo designado para sua sistematização e por nós utilizado para esta citação, *As Formações Discursivas*. Relacionam-se a esse conceito e o sustentam tantos outros, que serão abordados oportunamente, neste mesmo capítulo, como é o caso do conceito foucaultiano de *regras de formação* (as condições a que estão submetidos os objetos, a modalidade de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas) discursiva. Nosso interesse, até este ponto, era traçar um caminho que teria conduzido Foucault ao conceito de formação discursiva para, imediatamente (mesmo que ainda parcialmente) fazê-lo dialogar com o conceito de formação discursiva de Pêcheux.

3.2. Reecrevendo Pêcheux

Em seu texto *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*[42], que data de 1975, Pêcheux introduz, juntamente com a lingüista Catherine Fuchs, o conceito visto por nós como essencial para as discussões que envolvem, de modo amplo e ao mesmo tempo peculiar a cada uma delas, as áreas de diálogo da Análise de Discurso (a História, a Lingüística e a Psicanálise) e que envolvem, em especial, nossas preocupações.

Pêcheux, utilizando-se da idéia de *interpelação*, originária das teses althusserianas sobre o funcionamento dos aparelhos ideológicos, remete o leitor à maneira como a instância ideológica reproduz relações de produção. O sujeito *assujeitado* e, portanto, *ideológico* é, pelas palavras de Pêcheux, conduzido a ocupar um *lugar*, sem ter ciência dessa condução e, imaginariamente, age como se suas ações fossem resultado de sua vontade, fruto de sua liberdade de ação.

Esse lugar é decorrente de posicionamentos políticos e ideológicos de classes sociais de onde emergem. As relações de classe, por sua vez, pautam-se por alianças, submissões, relações de poder, antagonismos e, nesse seu funcionamento, organizam-se em *formações*, que acabam por refleti-las.

Do interior de um *aparelho ideológico* (a família, a escola, o Estado...), as formações discursivas[43] derivam de determinadas condições de produção (expressão que, nesse contexto e sob orientação do próprio autor, deve ser lida como "produção de um efeito"), que "determinam", por sua vez, "o que pode e deve ser dito".[44]

Aqui tem-se um Pêcheux de 1975, para quem as formações discursivas são consideradas campos homogêneos compostos de enunciados que possuem como critério primeiro de conformação uma instância ideológica.

Nas palavras do autor, encontra-se a seguinte síntese:

> Enfim, sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de

---

[42] Texto constante do livro *Por uma Análise Automática do Discurso* – uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

[43] Uma ou várias *formações discursivas* comporão o que Pêcheux denominou de *formação ideológica* (ver item 3.2.1)

[44] Pêcheux utiliza como exemplos dos discursos autorizados aqueles que podem vir em "forma de uma harenga, de um sermão, um panfleto..." (2001, p.166). Tal categorização poderá encontrar interlocução com o conceito de gênero de Bakhtin em sua possível relação com as formações discursivas.

> novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. (2001, p.168)

Complementa sua idéia, afirmando que formações discursivas que desaparecem fruto de modificações contextuais (históricas, sociais, culturais e que afetarão a materialidade lingüística que as significam) podem retornar reapropriadas em outros contextos.

Pêcheux indica, nesse ponto de seu texto, uma reflexão que já começa a estabelecer – e que será aprofundada em *Les Vérités de la Palice* (também de 75), em português, *Semântica e Discurso* - uma crítica à afirmação do óbvio – sobre o caráter dialético e, portanto, contraditório desses conceitos que intrinsecamente se conformam em *fronteiras*[45] (formação ideológica, formação discursiva, condições de produção).

3.2.1. Formação Discursiva e Formação Ideológica

Às posições de classes em conflito umas com as outras, Pêcheux denominou de *formação ideológica*. Uma determinada formação social, em um momento circunscrito, acaba por conformar uma certa conjuntura ideológica não homogênea, cujas forças em conflito construirão um cenário de *confrontos de aparelhos*. A instância discursiva seria aquela que conferiria materialidade a esses confrontos e substância às formações discursivas que, por sua vez, constituem as formações ideológicas. Cada formação ideológica seria, portanto, constituída por "um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais'" (2001, p.166).

[45] É justamente sob essa ótica que Jean-Jacques Courtine (2006) lerá, posteriormente e sob influência foucaultiana, o conceito de formação discursiva de Pêcheux: as formações discursivas seriam fronteiras em constante deslocamento.

3.2.2. Formação discursiva e as teorias dos esquecimentos, de Pêcheux

Uma das questões que despontam dessa rede teórica proposta por Pêcheux e que o próprio autor formulou envolve a idéia de exterioridade. Onde se encontraria o "ponto de exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva"? Segundo o autor, no próprio interior da formação discursiva, *lugar* em que se desenvolveria uma certa *defasagem* (constituída por elementos ideológicos não-discursivos, como representações, imagens ligadas a práticas...) indicadora dessa exterioridade. Detectamos, em falas de alunas e alunos de cursos de licenciatura, em nosso caso, Letras e Pedagogia, como tal fenômeno é recorrente:

"Ainda acredito que a Educação vai transformar este país num país melhor".

"O preconceito não deve ter lugar em uma sala de aula".

"Devemos respeitar de onde o aluno veio, a experiência de vida que trouxe para a sala de aula, e não ficar corrigindo por corrigir". (informações verbais)

Nas falas apresentadas, vemos um encadeamento de projeções, provenientes de formações discursivas em diálogo, ligadas a representações, imagens e práticas das experiências dessas alunas como educadoras, como universitárias envolvidas com uma área específica de conhecimento, no caso a Pedagogia, de suas experiências com informações e representações sobre a Educação provenientes da mídia, da família, do senso comum.

Assim, uma formação discursiva estaria em defasagem com relação à outra, uma servindo de "matéria-prima representacional" para outra, em que se teria uma discursividade da matéria-prima de determinada formação discursiva se desvanecendo frente a um sujeito falante. Pêcheux nomeia esse processo de *esquecimento número 1*[46], que, simultaneamente, ocorreria com uma outra forma do mesmo esquecimento: em que um "processo pelo qual uma seqüência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida como sendo um sentido para um sujeito, se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito" (2001, p. 169).

O sujeito falante ao se deparar com um texto e associar a ele um sentido, de maneira biunívoca, fará acionar esse *processo de ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem* (Ibid., p.169), o que, para Pêcheux, contribui para o efeito de assujeitamento por ele proposto a partir de sua leitura de Althusser.

---

[46] Em nota desse seu texto, Pêcheux esclarece: "o termo 'esquecimento' não remete, aqui, a um distúrbio individual da memória. Designa, paradoxalmente, *o que nunca foi sabido* e que, no entanto, *toca o mais próximo* o 'sujeito falante', na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda ignorância de causa". (2001, nota13, p.238)

Uma seqüência textual sempre fará parte de uma formação discursiva, da qual se constroem os sentidos dela decorrentes para o sujeito falante. Tais sentidos, "recalcados para o (ou pelo?) sujeito e recobertos" (2001, p.169) por ele criam-lhe a ilusão de estar na e ser a fonte desses sentidos. O sujeito, na constituição discursiva que congrega individualidade e universalidade, retoma singularmente sentidos universalmente construídos[47], como bem representam Menard e Funes.

Desse modo, a produção de sentido está relacionada, indissociavelmente, com a paráfrase, de cujas "matrizes de sentido", fruto de seqüências parafrásticas, constituiriam-se os *efeitos de sentido*.

Os processos discursivos, a despeito de não terem sua origem no sujeito, realizam-se necessariamente nesse mesmo sujeito. Tal constatação faz Pêcheux, neste texto, reavaliar seu conceito de *condições de produção*[48], cuja imprecisão conceitual talvez tenha criado uma oscilação teórica, que o texto de 1969, *Análise Automática do Discurso*[49] (que tratava dessa questão), não deu conta de elucidar.

As formações discursivas constituem-se em um sistema em que enunciados, formas e seqüências mantêm entre si relações de paráfrase. Isso se evidencia pelo funcionamento da língua como sistema, a partir do qual tais enunciados, formas e seqüências se atualizam mas podem ser reconfigurados no interior da formação discursiva de onde foram gerados. Pêcheux nomeia esse processo de *esquecimento número 2*[50].

Em nota da obra *Por uma Análise Automática do Discurso*, Pêcheux formula que

> esta zona no. 2 é o domínio do que se chama às vezes de 'estratégias discursivas' incluindo, particularmente, a interrogação retórica, a reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambigüidade" (2001, p. 239, nota 28).

Esta fala, produzida por uma aluna de Pedagogia em sala de aula, exemplifica essa idéia: "Por que que o aluno não sabe ler? Taí o problema...não foi acolhido pela escola, pelos

---

[47] Segundo Pêcheux, a AAD (Análise Automática do Discurso) constituiu um procedimento de "análise não subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa a ilusão do efeito-sujeito (produção/leitura)" (2001, p. 170).

[48] Uma ambigüidade conceitual conferia à expressão, ao mesmo tempo, o sentido de "efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito" e a "'situação' no sentido concreto e empírico do termo" (2001, p. 171). Decorre disso, uma leitura que levou em consideração a *interpessoalidade* das relações entre as formações imaginárias de seu quadro Ia (A), Ia(B)...

[49] Texto constante do livro *Por uma Análise Automática do Discurso* – uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

[50] Pêcheux credita à leitura que fez da primeira tópica de Freud a formulação de sua teoria sobre os dois esquecimentos, alicerçada na oposição entre "sistema pré-consciente-consciente" e "sistema inconsciente" (1997, p.173).

professores...é dessa maneira que vai falar 'olhem pra mim, cuidem de mim'...'' (informação verbal)

Em seus processos de construção discursiva, o sujeito pode conscientemente operar na zona de esquecimento no. 2, o que, segundo Pêcheux, ocorre constantemente, já que o discurso retorna sobre si pela ação desse sujeito. Ocorrem, no "fio do discurso", em virtude da operação possível pelo interdiscurso, correções, reformulações, retomadas, aprofundamentos discursivos, o que confere aos processos de enunciação um funcionamento, portanto, da instância do pré-consciente/consciente.

A zona do esquecimento no. 1 é, por sua vez, inacessível ao sujeito, o que constitui a instância subjetiva da língua. Considerando-se que o objeto de representação para o sujeito, em seus processos de enunciação, é o próprio processo discursivo e o interdiscurso (em que as formações discursivas se estabelecem e se organizam por relações de adesão, contradição, usurpação, submissão[51]), a relação do sujeito com esse processo é de nível inconsciente, no sentido, segundo Pêcheux, em que "a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma" (2001, p.177).

A relação estabelecida entre os esquecimentos no. 1 e 2 pauta-se na dupla condição do sujeito: de existência não subjetiva e das formas subjetivas que *funcionam* para sua realização.

Nas palavras de Pêcheux,

> Esta oposição[52] entre os dois tipos de esquecimento tem relação com a oposição já mencionada entre a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu ('outro' com *o* minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo 'Outro' com *O* maiúsculo [...] (2001, p. 177).

Vemos, por intermédio dessa explicitação de Pêcheux sobre sua teoria dos dois esquecimentos, a relação estabelecida entre a teoria e seu conceito de formação discursiva. Uma formação discursiva estabelece-se no entremeio do que lhe é exterior (o interdiscurso), que, em última instância, a determina, com o *espaço subjetivo da enunciação*, operado no intradiscurso. Ambas as instâncias conferem ao sujeito a possibilidade de *deslocamentos no*

---

[51] PÊCHEUX (2001) considera importante esclarecer, nesse ponto em que se encontram suas reflexões, dois equívocos referentes ao termo *discurso*: não confundir discurso e fala (no sentido saussuriano do termo); não ver no discurso uma forma de competência particular, associada à posição social do falante. Decorre dessa sua preocupação a distinção entre base lingüística e processo discursivo.

[52] Tentaremos ler em *oposição*, *implicação*, conceitos topologicamente concebidos como uma faixa de Moëbius, uma vez que o outro (representante de uma instância imaginária do/para o sujeito) configura-se pelo Outro (representante simbólico da linguagem e da cultura).

interior do formulável.

Orlandi, em sua leitura de Pêcheux[53], esclarece que o esquecimento 2, da ordem da enunciação, pode ser chamado de *esquecimento enunciativo*, em que as "evidências lexicais" que mostram a recorrência do sujeito às famílias parafrásticas, com o objetivo de continuamente adequar seu discurso ao real (impressão denominada pela autora de ilusão referencial), indicam ser a sintaxe uma organização lingüística significante.

Ao esquecimento número 1 de Pêcheux denomina *esquecimento ideológico*, inconsciente, em que os sentidos, ao se realizarem no sujeito, se *representam* como originados no sujeito. O que demonstram, em suas atualizações, é como os sujeitos se inscrevem na língua e na história, ideologicamente.

[53] ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, 2003.

3.2.3. Formação Discursiva, Práticas Discursivas e Processo de Subjetivação

Michel Pêcheux, à medida que avançam nossas leituras e se consolidam nossas tramas significantes, vem despontando como o teórico que vê a linguagem, talvez seu maior objeto de pesquisa e fonte de formulações teóricas, como *entremeio* (assim como idealizou a própria AD frente às áreas que a constituem). Suas concepções sobre o materialismo histórico e dialético (a partir das leituras de Althusser), sobre a história em intersecção com a língua e o discurso acabam por arquitetar uma estrutura conceitual que considera esses elementos não apartados de uma prática política, que os reflete e que é por eles consolidada.

Entendendo toda a prática política, e portanto histórica e discursiva, como contextual, força-nos a rever noções como as de *intencionalidade* e *deliberação* (seu conceito de formação discursiva e formação ideológica e sua teoria dos esquecimentos auxiliam nesse processo), tão caras aos estudos e teorias sobre a linguagem. Agrega-se a essa rede conceitual uma postura metodológica que contribui para a percepção de objetos de estudos, no campo da AD, articulados na e pela contradição de relações significantes pautadas o tempo todo pela reprodução(estabilização)/transformação(desestabilização).

A prática política desenvolvida no campo simbólico da linguagem encontra sua materialização na prática discursiva. Decorre daí a importância que terá o conceito de Pêcheux de *formação discursiva*, já que são as formações discursivas, construídas na contradição de suas forças antagônicas/de adesão, consolidadas nas formações ideológicas, que trarão os efeitos discursivos de uma aparente homogeneidade e de uma transparência discursivas que envolvem o sujeito em situações de simulação de autonomia discursiva.

E são as formações discursivas, em suas configurações tramadas por recobrimentos de sentidos, sua reprodução, que possibilitam, paradoxalmente, ao sujeito reinscrever-se, em efeitos de sentidos que se constituem isomorficamente à constituição das formações discursivas: por relações desiguais e contraditórias.

3.2.4. A Forma-Sujeito

Vimos que Pêcheux conduz suas discussões sobre o conceito de formação discursiva e sobre a teoria dos esquecimentos a ele relacionado nos livros *Por uma Análise Automática do Discurso* – uma introdução à obra de Michel Pêcheux e *Semântica e Discurso* – uma crítica à afirmação do óbvio. Neste segundo, refinará algumas de suas idéias, retomando-as, reorganizando-as. É neste livro, por exemplo, que aparece o conceito de *forma-sujeito*, expressão tomada de empréstimo de Louis Althusser (como indicado por Pêcheux em nota – 31 – dessa sua obra) ao se referir à existência histórica de todo indivíduo. Agente das práticas sociais e, portanto, revestido dessas práticas, o indivíduo é alçado à *forma-sujeito* sempre que imbuído nelas.

Constituído pelos esquecimentos e interpelado continuamente, o sujeito insere-se nesse processo ao efetuar sua identificação com as formações discursivas que o constituem.

Como já exposto, uma formação discursiva define-se como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...] "(1997, p.160).

Assim, podemos definir, juntamente com Pêcheux, *o caráter material do sentido*, estabelecido pelo fato de o sentido não existir por si (como já explorado por Saussure), mas, na leitura de Pêcheux, determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo pelas formações discursivas que as representam na materialidade discursiva.

O processo discursivo estabelecido pelo sistema de relações parafrásticas (de substituição, de sinonímias, de adesão, de condensações e estabilizações significantes) que as formações discursivas mantêm entre si acaba por conformar o que Pêcheux denominará de interdiscurso, o "todo complexo com dominante das formações discursivas" (Ibid, p. 162), que conferirá ao sujeito pontos de estabilização discursiva a partir dos quais encontrará as condições de produção de sentido, suas matrizes significantes.

Temos o interdiscurso estruturado em dois elementos: no efeito de encadeamento do pré-construído (o sempre-já-aí da interpelação ideológica, aquele algo que fala sempre e "antes, em outro lugar e independentemente") e no efeito de articulação[54] (a relação estabelecida entre sujeito e sentido e que "determina a dominação da forma-sujeito"), que

[54] O pré-contruído e a articulação são efeitos estruturantes do interdiscurso *a darem-se a ver/ler* no "fio do discurso", no intradiscurso, e que estão relacionados aos pares metáfora-paráfrase e metonímia-paródia, respectivamente.

determinam o sujeito, dissimulando seu assujeitamento sob uma aparente autonomia (materializada pela ação dos esquecimentos na estrutura discursiva atualizada pela forma-sujeito).

O sujeito, no esquecimento das determinações que o fizeram ocupar um lugar específico (pensemos nessa determinação pela ação das formações ideológicas e discursivas), identifica-se[55] com um discurso-outro ou um discurso do Outro, em tomadas de posição, efeitos da forma-sujeito. Tem-se a atuação do interdiscurso, na forma de uma exterioridade ideológico-discursiva, no intradiscurso, no momento do processo de enunciação do sujeito.

3.2.5. Ideologia e Inconsciente

Partindo da afirmação de Althusser de que "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos", Pêcheux complementa a leitura althusseriana ao afirmar que a "Ideologia nunca se realiza 'em geral'" (2001, p.167), mas pela mediação e materialização das formações ideológicas, que se conformam, sempre de modo desigual em si e entre si, a depender do momento histórico em que se situam e a partir do qual se organizam, com todos os determinantes políticos, econômicos e culturais que envolvem essa organização.

Como vimos, na ação das formações discursivas em inter-relação com os procedimentos advindos das zonas dos dois esquecimentos, assim como teorizado por Pêcheux, produziam-se, ideologicamente, *esquecimentos*, muitas vezes lidos como *desaparecimentos*.

O que Pêcheux faz salientar, por meio de suas teorizações, é que não está a falar de aniquilamento, desaparecimento, quando se fala de esquecimento. Isso justificado exatamente na relação entre inconsciente e ideologia, relação firmada no e pelo funcionamento do sistema lingüístico.

O sujeito produz efeitos de sentido, em outros termos, *diz* em meio a um processo de esquecimento e, para esquecer, necessita apagar e não aniquilar, fazer desaparecer, caso contrário, igualmente desapareceria e, com ele, a língua que o projeta como ser discursivo.

---

[55] Pensamos ser relevante reproduzir, nesse momento, a idéia explorada por Lacan e encontrada em nota do livro *Semântica e Discurso*: "J. Lacan é levado a caracterizar a *intersecção* como 'estruturalmente definível (...) por uma certa relação da superfície consigo mesma, na medida em que, retornando sobre si mesma, ela se atravessa num ponto sem dúvida a ser determinado'". Essa linha, para Lacan, simbolizaria a função da identificação. Topologicamente, o psicanalista trabalhava essa idéia a partir da faixa de Möebius, que, para nós, *identifica-se* aqui com a relação estabelecida entre inter e intradiscurso na ação da forma-sujeito (1997, p. 184, nota 43), como igualmente identificamos em nota anterior (54), entre os esquecimentos 1 e 2, de Pêcheux.

Mais uma vez reforçamos a ação do interdiscurso, construído pelo funcionamento das formações discursivas, que se conformam em formações ideológicas. Os efeitos do pré-construído e da articulação, já igualmente mencionados (no item 3.2.4.), possíveis pelo interdiscurso, emolduram todo esse processo em que vemos, em última (ou primeira?) aparição, a forma-sujeito.

Sujeito e sentido, portanto, produzem-se na história, são por ela determinados no desconhecimento dessa determinação. Tal processo implica, conseqüentemente, uma certa indeterminação, a falta de controle do sujeito sobre os efeitos de sentido que promove em seus discursos. A produção de sentidos escapa ao sujeito, assim como se lhe escapa em que (ou em quais) ponto(s) e como essa falha se processa.

A falha pode ser lida com Pêcheux em fissuras, rupturas discursivas que representam momentos de falência da interpelação ideológica. Nesse ponto do processo é que podemos melhor sistematizar, aqui teoricamente, a dialética reprodução/reconfiguração discursiva. O sujeito assujeitado só o é porque, assujeitado, se alça à condição de sujeito, nesse movimento de imbricação, entre estabilização/criação discursiva.

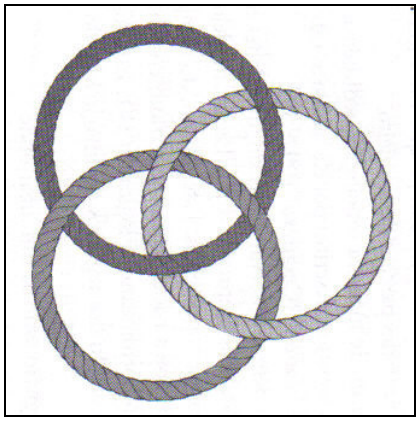
A resistência/falência ideológica mostra-se, assim, como uma das marcas do fazer discursivo, que se evidencia pela ação da ideologia, fruto da história e das condições (objetivas e subjetivas) de produção do sujeito. Dentre outros modos de operação, vemos essa resistência, resultante como falha no processo de interpelação, representada em lapsos, atos falhos, chistes, criações poéticas, dissensões e dispersões discursivas, ambigüidades, ironias, em outros termos, lacunas, brechas significantes, que fazem discurso e sujeito projetarem posições em um contínuo processo de significação.

O discurso, visto como o processo histórico-cultural projetado na língua, dá mostras, no momento em que essas falhas são produzidas, de como as formações discursivas, que constroem as formações ideológicas e que ditam os modos de ler e dizer do sujeito, se dão como formações imaginárias. Em última instância, é esse efeito da formação imaginária ("quem sou eu para lhe falar assim?", "quem é ele para que eu lhe fale assim?", "quem sou eu para que ele me fale assim?"...)[56] que cria no sujeito a ilusão de unidade, textual, discursiva, subjetiva, ilusão (des) velada pela ação, em um processo paradoxal e talvez por isso

[56] Essas formulações partem diretamente do quadro criado por Pêcheux para demonstrar que todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, fruto das relações estabelecidas entre os elementos já mencionados neste texto: formações discursivas, formações ideológicas, teoria dos esquecimentos. Esse quadro pode ser encontrado à página 83 do livro *Por uma Análise Automática do Discurso*.

complementar, da ideologia (instância conformadora do sujeito) e do inconsciente[57] (talvez aqui possível de ser tida como instância reinstauradora de um – outro – sujeito).

Em alusão ao nó borromeu de Lacan (dos três registros, do simbólico, do imaginário e do real), encerramos essas considerações teóricas e inauguramos um novo enlaçamento, este de duas ordens. Na primeira, podemos visualizar as Formações Ideológicas, as Formações Discursivas e as Formações Imaginárias interligadas, sendo que o rompimento de um dos elos representa o desfazer de toda a ligação. Na segunda, tal entrelaçamento remete, por sua vez, às áreas de conformação da AD e de cujos elementos constituintes da primeira ordem são provenientes: a História, a Lingüística e a Psicanálise:



[57] Em seu texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* (última parte do livro *Semântica e Discurso* – uma crítica à afirmação do óbvio), Pêcheux faz questão de salientar que "a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente" (1997, p. 301) e finaliza o livro com um alerta ao leitor: "ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso 'ousar pensar por si mesmo'" (Ibid, p. 304).

3.3. A memória como construção discursiva

Abordar o conceito de memória, fundamental para pensarmos o sujeito, o discurso e os modos de ler/dizer com eles implicados, supõe a retomada de alguns outros conceitos que a ele se interligam. É o caso dos conceitos de forma-sujeito, de interdiscurso e seus modos de funcionamento (já mencionados no item 3.2.2.), nesse momento possíveis de serem aprofundados pelas outras relações significantes que acionam.

Um discurso[58] concreto, ou enunciado, organiza-se, como vimos anteriormente (item 3.2.1. deste Capítulo), a partir de um complexo discursivo constituído pela inter-relação de formações discursivas, que, em seu processo de construção, na organização dos enunciados para sua conformação e em seu conjunto, acabam por originar as formações ideológicas. É, portanto, desse complexo discursivo, denominado *interdiscurso*, que se forma o material *pré-construído* sobre/sob o qual os discursos se formarão, se materializarão.

Retomando a formulação de Pêcheux que identifica nas formações discursivas aquilo *que pode e deve ser dito*, vimos aparentemente configurado um caráter de homogeneização e de determinação dessas formações e dos discursos delas decorrentes. Porém, continuando a acompanhar o autor em suas reflexões, agora sobre a relação entre uma *base* lingüística e um *processo* discursivo-ideológico, poderemos relativizar essa percepção primeira.

Segundo Pêcheux, uma palavra, uma expressão ou uma proposição podem assumir sentidos diferentes de acordo com a formação discursiva a que se referem e a que se filiam, assim como uma palavra, uma expressão ou uma proposição diferente podem assumir um mesmo sentido em uma dada formação. As relações entre tais elementos dentro de uma mesma formação discursiva ou na relação entre elas conferirão, portanto, aos discursos produzidos sentidos diferentes ou semelhantes.

Temos, operando nesse *processo* discursivo, um sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias que funcionam como *pontos de estabilização/reorganização* discursiva (e aqui recuperamos o conceito de *ponto de estofo*, de Lacan), por meio dos quais o sujeito se reconhece/reconforma (e ao outro) em seu dizer/ler. O processo de construção significante do sujeito, seus modos de ler/dizer o mundo, suas produções culturais, suas relações sociais e sua percepção/elaboração de acontecimentos históricos, dá-se por essa contradição, por esse

[58] Na AD tem-se como definição basilar de discurso todo enunciado produzido sob determinadas condições que lhe conferem concretude. E é, como já salientamos, justamente sua materialidade um dos aspectos que oferece condições de existência às ideologias. Por hora, será sobre essas idéias-base que o conceito de discurso será discutido, porém o próximo item será destinado a desenvolvê-lo e problematizá-lo.

movimento de oscilação contínua entre o já-posto pela cultura e o instalado/instaurado pelo sentido e por *como* esse processo se efetiva. Nesse jogo, uma memória discursiva vai se constituindo, construindo heranças e as fazendo re-produzir, re-operar.

Direcionando essas idéias à ambiência escolar, especificamente a *uma* aula, podemos visualizar esse sistema de relações em atuação. Tomando-se a sala de aula como o espaço em que os sujeitos em interação conformam e reconformam o já estabelecido pela cultura, vemos por meio dessa memória em constante constituição o processo de trilhamentos significantes instaurar redes de significação.

A conformação dessas redes, considerando o que já desenvolvemos sobre formação discursiva, ideológica e imaginária, como estabelecida no cenário da aula, convoca alguns olhares: para a fragmentação de conteúdos, para a compartimentalização de disciplinas/áreas de conhecimento, corroboradas pela formatação/estruturação dos manuais/livros didáticos e apostilas, pelo enfoque específico dados pelos sujeitos na produção/recepção de discursos (condicionados por um contexto específico de produção), que acabam se refletindo em modos específicos de leitura e produção de textos.

O interdiscurso, esse complexo das formações discursivo-ideológicas, possui em sua própria conformação o caráter de dissimulação de uma natureza contraditória, própria de todo discurso e que o transforma em aparente transparência discursiva. Assim, o modo de ler fragmentariamente é tomado como *o* modo de ler, uma vez que está institucionalizado, legitimado pela ambiência autorizada a colocá-lo em um circuito didático-pedagógico.

Tais reflexões nos auxiliam a nos reaproximar dos conceitos de pré-construído e articulação, formulados por Pêcheux:

> Diremos, então, que o 'pré-construído' corresponde ao 'sempre-já-aí' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas'), ao passo que a 'articulação' *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (1997, p.164, grifo do autor)

O par dominação-determinação estabelece-se no próprio dinamismo da organização das formações discursivas. A forma-sujeito é convocada pela formação discursiva *dominante*, ao passo que o complexo interdiscursivo *determina* a dominação de uma forma-sujeito. Os modos de funcionamento do interdiscurso (na ação do pré-construído e da articulação – ou

discurso transverso) dão a conhecer, materializam-se, no intradiscurso (o fio horizontal do discurso)[59], em sua cadeia sintagmática.

A linearização discursiva, possibilitada pelo intradiscurso, confere uma certa e aparente coerência enunciativa (pelas idéias dispostas em determinada ordem, respeitando-se uma lógica de aparição, organização e concatenação delas), a todo momento passível de ser desestabilizada por irrupções de outra ordem (lapsos, atos falhos, chistes, efeitos poéticos, elisões...).

As formações discursivas, assim constituindo-se pela ação do interdiscurso, pelo seu funcionamento em, de um lado, o pré-construído e seu modo de operação metafórica (mais uma vez vale citar a atuação da sinonímia, da paráfrase, das substituições) e, de outro, a articulação (ou discurso transverso) e seu modo de operação metonímica (de relações contíguas que desenham redes divergentes de sentido), estabilizam-se e desestabilizam-se continuamente e com isso promovem o mesmo movimento nos dizeres que produzem.

Essas estabilizações e desestabilizações do dito são a todo momento manifestadas em textos, discursos, posições subjetivas, ora mais submissas e sujeitas a determinadas formações, ora mais resistentes, de contravenção. Essa alternância de modos de dizer, essas diferentes inscrições subjetivas marcam-se justamente pela posição do sujeito frente ao outro-Outro, pela maneira como as tensões, deslocamentos, ressignificações de sentido são construídas. No nosso caso, interessa observar como essas relações se travam em ambiências escolares e em situações de monitoramento da leitura e da escrita.

Os dois textos abaixo[60] materializam esses dizeres:

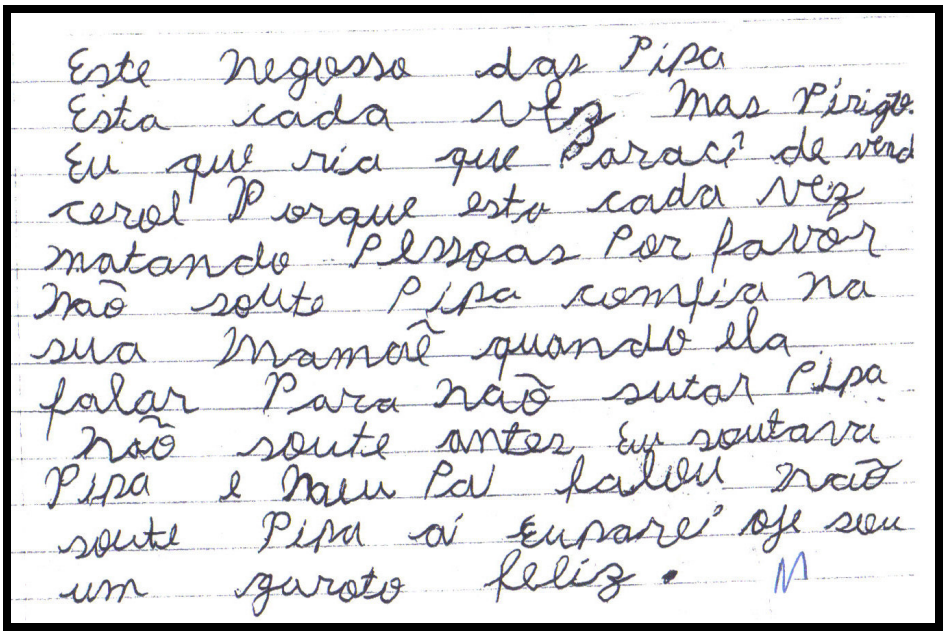
---

[59] COURTINE (2006, p.70), retomando Foucault e Pêcheux, trata do interdiscurso e do intradiscurso como dois eixos (vertical e horizontal, respectivamente), que se cruzam e que acionam, como efeito dessa intersecção, um processo de retroatuação discursiva. Tal imagem nos remete, pela Lingüística, a uma outra, de mesma estrutura, atribuída ao lingüista Roman Jakobson (1995) ao se referir aos dois eixos da linguagem, o paradigmático e o sintagmático. A partir de uma determinada atuação do primeiro sobre o segundo, definirá sua função poética da linguagem. Ao consideramos a Psicanálise, a referência, mais uma vez, é ao grafo lacaniano (reproduzido na página 110).

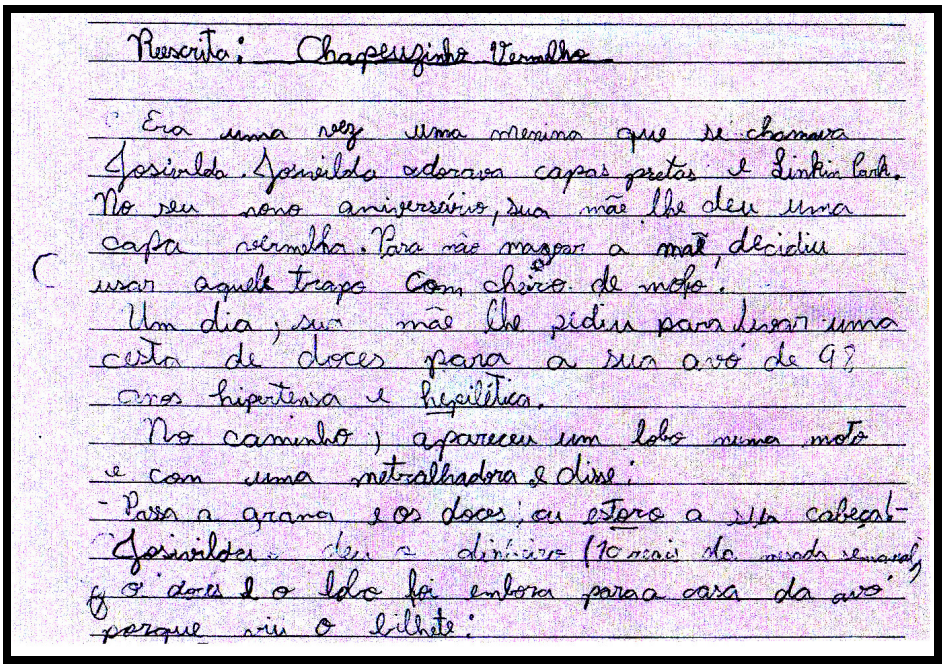
[60] BELINTANE, C. *Abordagem da oralidade e da escrita na escola a partir da tessitura interdisciplinar entre a psicanálise e a lingüística*. Na. 6. Col. LEPSI IP/FE-USP 2007. SCIELO. (http://proceedings.scielo.br/scielo).

Texto 1: “Este negosso das pipa...”

Texto 2: “Reescrita: Chapeuzinho Vermelho”



Este negosso das Pipa
Esta cada vez mas Pirigo.
Eu que ria que Paraci de verd
ceral Porque esta cada vez
matando Pessoas Por favor
não soute Pipa comfia na
sua Mamãe quando ela
falar Para não sutar Pipa
não soute antes Eu soutava
Pipa e Meu Pai falou não
soute Pipa aí Eu parei ofe seu
um garoto feliz.



Reescrita: Chapeuzinho Vermelho

Era uma vez uma menina que se chamava Josivalda. Josivalda adorava capas pretas e Linkin Park. No seu novo aniversário, sua mãe lhe deu uma capa vermelha. Para não magoar a mãe, decidiu usar aquele trapo com cheiro de mofo.

Um dia, sua mãe lhe pediu para levar uma cesta de doces para a sua avó de 92 anos hipertensa e hepatítica.

No caminho, apareceu um lobo numa moto e com uma metralhadora e disse:

- Passa a grana e os doces, ou estouro a sua cabeça!

Josivalda deu o dinheiro (10 reais da mesada semanal) e os doces e o lobo foi embora para casa da avó porque viu o bilhete:

porque não é crime.

"Dá Josivalda

Para vovó". Então Josivalda lembrou dos quatro reais que tinha escondido na meia e comprou um brigadeiro para seu avô.

Quando chegou na casa de sua avó, bateu na porta e disse:

- Vovó, sou eu, Josivalda, sua netinha.

E a avó respondeu:

- Claro querida, entre por favor - disse a avó com uma voz bem rouca.

Josivalda estranhou a avó e perguntou:

- Vovó, pra que esses olhos tão grandes?

- Pra te ver melhor, minha netinha.

- E pra que esse nariz tão grande?

- Pra sentir teu perfume melhor, minha netinha.

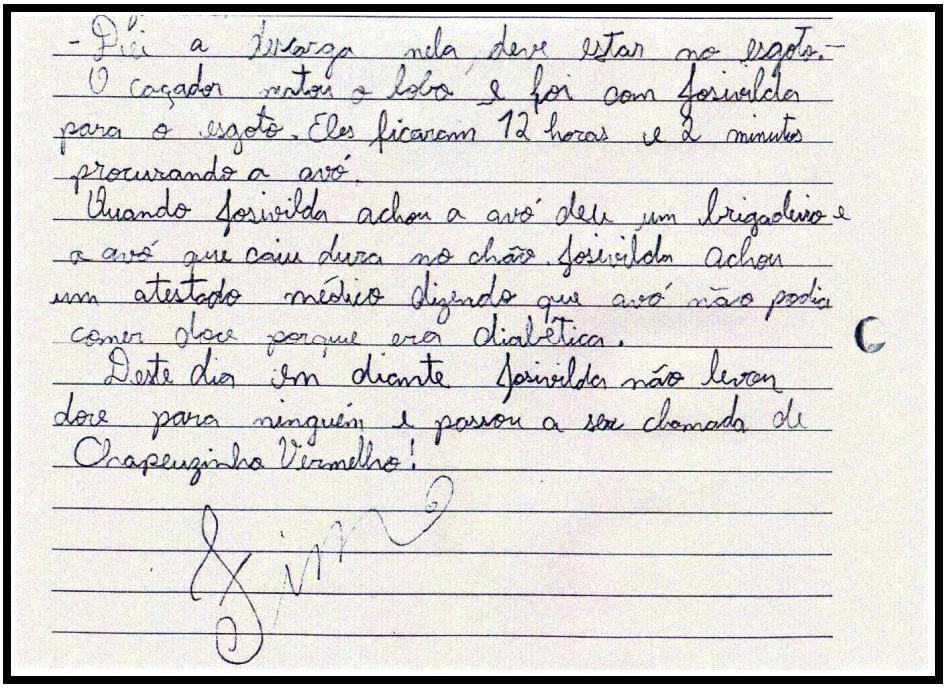
- E pra que essas orelhas tão grandes?

- Pra te ouvir melhor, minha netinha.

- E pra que essa boca tão grande?

- Pra comer teu brigadeiro melhor!-

Nesse momento Josivalda pegou seu celular e ligou pro caçador, que chegou, pegou a arma do lobo e fez ele falar onde estava a avó de Josivalda.



- Dili a tiesoja nela deve estar no esgoto.-
O caçador matou o lobo e foi com Josivalda
para o esgoto. Eles ficaram 12 horas e 2 minutos
procurando a avó.
Quando Josivalda achou a avó deu um brigadeiro e
a avó que caiu dura no chão. Josivalda achou
um atestado médico dizendo que avó não podia
comer doce porque era diabética.
Deste dia em diante Josivalda não levou
doce para ninguém e passou a ser chamada de
Chapeuzinho Vermelho!

No primeiro texto (de um aluno de 5ª série – 6º. ano – de uma instituição pública), podemos identificar uma *escrita de submissão*, decorrente de uma leitura submetida por/a práticas discursivas adesivantes, em que o autor/leitor demonstra responder a uma demanda (do adulto, do professor, da escola) que espera dele uma projeção em dizeres já estabilizados e, por isso, aceitos como adequados. Aqui relativizamos o que Pécora defende como erro e problema. Não há erro ou problema em se reproduzir falas de adultos, do tipo: “este negosso...”, “esta cada vez mas perigo”, “eu que ria que paracê de vend cerol”, “porque esta cada vez matando pessoas”, “por favor não soute pipa”, “comfia na sua mamãe”, “quando ela falar para não sutar pipa/não soute”, “antes eu soutava pipa”, “e meu pai falou/não soute pipa”, “aí eu parei”, “oje sou um garoto feliz”. O que constatamos é uma leitura e uma escrita não resistentes: ao tema, à situação de produção, às falas pregnantes e, por isso, incorporadas ao texto, à língua, ao dizer do outro.

Recorremos ao recurso de reprodução de todo o texto, repartindo-o em pequenos enunciados, para que pudéssemos analiticamente perceber que o texto todo é uma colagem de enunciados outros, advindos das ambiências que circunscrevem o contexto de leitura e de escrita do aluno. Seja ele estabelecido pela ambiência escolar, pela familiar, pela midiática, todas corroboram e legitimam um dizer sob a condição de se identificar nele um sujeito universal, que não demonstre nenhum mal-estar no mundo (frente a esses dizeres, ao tema, à posição subjetiva que ocupa frente à situação e às condições de produção). Muito além (e

aquém) de sua enunciação, há um sujeito transcendente, do consenso, das normas, dos princípios, sejam eles de uma campanha institucional ("não solte pipas"), da moralidade, da ordem do discurso e da função da língua.

A função de articulação simbólica do Estado (em suas campanhas institucionais), da Escola (em sua parceria com o Estado), da Família (em sua parceria com ambos) *acomoda* os dizeres, promovendo uma ação empobrecida desse simbólico frente a um imaginário estruturante de significados.

No caso do primeiro texto, temos em ação uma campanha institucional assumida pela escola e pelo professor que a fez migrar para suas atividades de aula, as quais, por sua vez, estimularam a aglutinação de falas de várias outras instituições que, enfim, acomodaram-se no texto do aluno.

Não houve, por parte do aluno, uma tentativa de "atravessamento" dessas falas, como por exemplo, questionar a empresa responsável pela campanha sobre uma mudança ou inversão de papéis (por que é o aluno-criança que não deve soltar pipas? por que não é a empresa que deve solucionar o problema, por exemplo, alterando o sistema de instalação de fios e postes nas ruas e avenidas?). Não houve enfrentamento. Houve a aceitação passiva de assunção de um papel: a criança não deve soltar pipas na rua.

No segundo texto (de um aluno de 4ª série – 5º. ano – de uma instituição particular de ensino), em contrapartida, identificamos um sujeito que se movimenta pelas ranhuras do já-dito, do já-formulado. O autor do texto blefa com o texto-origem, desde a transgressão com o nome da heroína, com a sua famigerada capa vermelha, com seu duvidoso gosto musical até a representação que faz da doce e frágil "vovozinha".

O *nonsense* ganha voz no diálogo entre Chapeuzinho-Josivilda e o lobo, no recurso ao celular para a resolução do problema, na idade destinada à avó, no tempo e no local em que os fatos finais transcorrem. O toque trágico ao final da narrativa (o fato, desconhecido da neta, de a avó ser diabética e de vir a morrer assim que ingere o brigadeiro dado pela menina) se remetido ao todo do texto (em um efeito *ponto de estofo*), em sua temática, estrutura e estilo, provoca no processo de leitura um efeito de humor que dialoga contraditoriamente com a moral estabelecida e pretendida pelo texto clássico de origem.

A atuação do professor frente a modos de ler e dizer (os contos de fada) desencadeou uma leitura e uma produção de texto de *desconstrução*. O autor do segundo texto posicionou-se, impostou-se, enfrentou um dito para reescrevê-lo, redirecioná-lo. O sujeito colocou-se como tensão no texto e, dessa maneira, fez dialogar suas memórias, suas experiências com toda uma tradição clássica de leitura e produção. Honrou essa tradição ao desrespeitá-la.

Assim, juntamente a uma coerência enunciativa (efeito do acionamento de um arquivo das leituras de contos de fada), dando-lhe condições de existência, surge em operação uma incoerência estruturante e mobilizadora de outras formações, operação essa somente possível, analogamente à operação de coerência, pelo complexo discursivo ou interdiscurso, processo que não vemos ocorrer com o autor do primeiro texto, que acomoda seu dizer.

A interpelação ideológica, as filiações discursivas, portanto, constroem-se pelo caráter contraditório de toda ação significante: nas ações estruturantes do pré-construído, podem se enredar elementos de reorganização significante, na forma de discurso transverso, a depender de como são mobilizados os processos de leitura e escrita.

Desse modo, podemos concluir com Pêcheux que o "*interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*" (1997, p.167, grifo do autor). A forma-sujeito despontaria nessa relação como o elemento que encerra, contraditoriamente, a possibilidade de reverter a *determinação*: incorporando e dissimulando os elementos do interdiscurso, em um movimento de sua absorção/esquecimento, o faz aparecer no fio do discurso, ou intradiscurso, como um já-dito sob uma imaginária unidade do sujeito atravessado continuamente por efeitos de sentido.

A organização das idéias como até aqui estabelecida encaminha-nos para um questionamento: sustentando os modos de ler/dizer do sujeito contraditoriamente em gestos de repetição, retomadas, esquecimentos e irrupções significantes da ordem do inesperado, como funcionaria o interdiscurso considerado como um domínio da memória? como essa memória poderia ser definida pressupondo-se esse dinamismo de atuação das formações discursivas nos modos de ler/dizer o mundo, de interpretá-lo?

Em seu texto *Papel da Memória*, Pêcheux assim a define:

> uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (1999, p.56).

O autor assinala de imediato em sua definição um caráter de indeterminação que caracteriza essa instância produzida pelos discursos e que os promove, concomitantemente. Ao demarcar "*uma* memória" já circunscreve o espaço plural e movente de sua constituição.

Uma memória discursiva, ou interdiscurso, seria movida por um processo de interpretação, implicado na relação do sujeito com os textos/enunciados dados a ler, que acionam modos de ler/dizer desse sujeito, processo que, por sua vez, ao interceptar uma memória para se efetivar, alimenta-a com outros elementos, dados, registros, procedimentos, relações.

De acordo com as formulações teóricas de Pêcheux, a memória discursiva teria como função o restabelecimento, no acontecimento de leitura, de implícitos que possibilitariam tal acontecimento. O que o autor denomina, de modo genérico, de *implícito* seria o conjunto formado pelos pré-construídos e pelos discursos transversos. Os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase, confererirriam ao discurso um caráter de regularização, instaurador de estereótipos.

Mais uma vez faz-se necessária a reiteração da idéia de que o *acontecimento discursivo* promove continuamente interrupções na regularidade das cadeias discursivas, em sua estrutura sintagmática constituinte, o que pode produzir, nas palavras de Pêcheux reportando-se a Achard

> retrospectivamente uma outra série sobre a primeira, desmascarando o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regulação anterior (1999, p.52).

O funcionamento de uma memória opera por intermédio de uma ação a princípio e por natureza estabilizadora. Os efeitos de paráfrase dela decorrentes surgem como tentativa de integração do *acontecimento discursivo* às formações discursivas e ideológicas, em um movimento que visa à estabilização discursiva, à conformação enunciativa. Tal processo teria como característica de seu modo de operação a integração do acontecimento nessas formações, que o absorveriam, dissolvendo-o até o nível em que os *esquecimentos* os tornassem constitutivamente matrizes de significados. Desse modo, os acontecimentos discursivos seriam tomados, a despeito de sua singularidade, já que produzidos por um sujeito, sempre em relação às cadeias de filiação discursiva. Por outro lado, a rede ou cadeia de implícitos que constitui a memória discursiva seria continuamente aberta à desregulação, ação possível de ocorrer pela própria irrupção do *acontecimento discursivo* em sua natureza contraditória de operação: filiado discursivo-ideologicamente a redes estabilizadas e estabilizadoras de significados e, justamente por essa condição, promotor de rearranjos discursivos, instaurados pelas condições de produção discursiva.

Pierre Achard, em *Memória e Produção Discursiva do Sentido*, aponta para a importância de um afastamento, por parte dos analistas de AD, de interpretações psicológicas da memória, que a podem relacionar com o "'realmente-já-ouvido", memória fono-magnética ou registro mecânico" (1999, p.12).

A abordagem que considera discursiva é a concernente ao funcionamento formal do discurso e a sua circulação, o que confere ao implícito (base estruturante de uma memória ou interdiscurso) uma natureza da ordem do imaginário, que, segundo o autor, o *representaria* como memorizado.

Cada atualização discursiva, cada acontecimento discursivo, pressupõe, para sua ocorrência, a instância do implícito, reconstruído pelo discurso. As formas que possibilitam sua existência, e conseqüentemente, a do discurso são as constituintes do modo de operação parafrástico, que possibilita, por sua vez, as condições de inserção de novos discursos no intradiscurso, promovendo, continuamente, o dinamismo de funcionamento de uma memória.

Pierre Achard salienta que, em decorrência de todo esse funcionamento discursivo, não se pode considerar que o implícito (re)construído possua uma existência autônoma. Se aludirmos, à esteira das idéias do autor, ao conceito, por nós já mencionado, de práticas discursivas, relacionando-o ao acima exposto, podemos atentar para a hipótese de que uma memória discursiva funciona como mediadora de (re)formulações que se sustentam nos discursos concretos, ou enunciados, sempre em contextos específicos de atualização.

Acompanhando ainda as idéias do autor, ressaltamos sua reflexão sobre o caráter dialético que envolve o binômio *repetição-regularização*. Pressupondo que uma palavra define-se pela sua unidade, pela, segundo Achard, "sua identidade a si mesma, que permite reconhecê-la em seus diferentes contextos" (Ibid, p.14), sustenta-se pelo processo de *repetição*. Cada acontecimento discursivo projetado a partir de um determinado contexto, sob certas condições de produção, em sua singularidade acaba por contribuir para a construção de um sentido para cujo suporte incorrerá tal unidade. Isso só ocorreria porque as repetições dessas unidades são tomadas pela *regularidade*, definida e exemplificada como:

> 'esse efeito' que, 'aliás, é reforçado sobretudo pela existência de vários registros articulados nos discursos reais. Por exemplo, em economia da educação, o discurso econômico desenvolve o papel de um registro maior no qual são retomados e articulados os registros da pedagogia, registros de considerações tecnológicas, políticas, etc., tomados como englobantes ou englobados, conforme o caso, o que faz com que haja sempre, na retomada metafórica das palavras, um deslocamento de uso que só pode repousar sobre a regularização suposta do funcionamento da palavra no registro fonte' (1999, p.21).

Supor, portanto, que uma palavra opera, para que a cadeia enunciativa se estruture e construa sentidos, por posições fixas no discurso, significa que seu aparecimento em textos/discursos distintos permite ao sujeito inventariá-la, estabelecer suas regularidades, os implícitos que acionam, as formações discursivas a que se filiam e as formações ideológicas que as organizam.

Pierre Achard chama atenção para o fato de que tal estabilização discursiva promovida pela relação entre repetição-regularização não confere aos discursos uma fixidez de tal ordem que o sujeito se veria frente a uma estagnação de sentidos. E é justamente o sentido que impõe mobilidade a esse jogo, móvel por natureza. Caso assim não o fosse, os enunciados constituir-se-iam em "uma lista universal de traços semânticos pré-existentes e em sua combinatória" (1999, p.15).

O autor levanta a hipótese de que se situarmos a memória ao lado da regularização, sua atuação se fará na oscilação entre o histórico e o lingüístico, em processos que levem em consideração a circulação discursiva, a ocorrência dos discursos em práticas. Pensamos que, em decorrência dessa posição do autor, se aludíssemos à possibilidade de situar a memória ao lado da repetição, talvez tivéssemos a falência discursiva, a morte do sujeito e do discurso.

Convocamos como contrapartida a essa idéia o caráter dialético que sustenta essa relação entre repetição-regularização e que dá condições para que os discursos continuem em funcionamento. Com eles também a ação do sujeito estabelecida na força de um simbólico que confere a natureza cultural de todos os processos de significação do sujeito, suas relações contextuais; de um imaginário que, como aludiu Achard, *representa* os implícitos como memorizados; na ação e no papel da paráfrase, que confere familiaridade às relações e significados promovidos pela ação do sujeito e de um real da língua e da história que permite deslocamentos significantes[61]. Nesse sentido, a memória não restituiria "frases escutadas no passado mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase" (Ibid., p.16), postos continuamente em confronto, em contradição, pela projeção discursiva.

Um sujeito atuando nessas condições seria um *sujeito histórico*, que desloca o *modelo* em cada prática discursiva, que reconstrói a *memória* em cada produção discursiva.

---

[61] Referência aos três registros formulados por Lacan, em três momentos distintos de suas construções teóricas: o registro do Imaginário (1936-1953), o registro do Simbólico (1953 a 1964) e o registro do Real (1964-1980), que remetem, respectivamente, ao *O estádio do espelho*, à relação inconsciente/linguagem e à ressignificação dos dois primeiros. Vale ressaltar o termo registro, definido por CABAS (1982, p.18) como um lugar onde "dados são mantidos e, ao mesmo tempo, reorganizados de acordo com aqueles que posteriormente se inscrevem no mesmo".

Esse sujeito histórico que opera por uma memória por sua vez construída na oscilação entre o histórico e o lingüístico não pode prescindir, segundo a própria AD, de um atravessamento discursivo da ordem do inconsciente. Retomaremos uma citação de Pêcheux, acima transcrita, para considerarmos nesse momento a memória sob um abordagem que complementa a sustentada pela AD e que remete ao efeito do *acontecimento discursivo* na regularidade das cadeias discursivas:

> ‘retrospectivamente uma outra série sobre a primeira’, desmascarando ‘o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regulação anterior’ (1999, p.52, grifo do autor).

Esse deslocamento e essa desregulação podem ser vistos como procedimentos próprios do funcionamento lingüístico-discursivo que atuam para que o processo de leitura e escritura se efetive. Operando conjuntamente temos uma memória discursiva que põe em atuação os implícitos para que, ao final de um enunciado (a depender do modo como a leitura e a escritura se fazem no sujeito, esse final, inclusive, é antecipado, já que as relações entre os termos constituintes do enunciado, o próprio enunciado, sua situação de enunciação e seu contexto de produção podem se estabelecer de maneira mais ágil), significados e sentidos se processem.

O lingüístico-discursivo em imbricação com o histórico (re-formulado continuamente pela ação de uma memória discursiva) se vê perpassado também por elementos de outra ordem, se vê atravessado por efeitos de sentido cuja mobilização é proveniente do inconsciente, conceito que dialoga, em AD, com o de ideologia (como apontamos no item 3.2.5) e com o de memória, diálogos, conceituações e relações que, para que se estabeleçam e se definam de modo adequado, convocam uma incursão no conceito de memória e de inconsciente como estabelecidos pela Psicanálise, área partícipe das formulações conceituais que neste capítulo se organizam e que, juntamente com a Lingüística e com a História, mobiliza elementos de fundamentação da AD e que nos auxiliarão em nossas hipóteses.

Desse modo, recorreremos novamente a Freud. Ressaltamos que essa incursão pela teoria freudiana se fará tendo como foco as teorizações do autor sobre memória e inconsciente, que, como já salientamos, interessam-nos na medida em que se constroem como conceitos que, ao mesmo tempo em que fundamentam a AD a partir de um certo e específico referencial, o discursivo-ideológico, inscrevem a Psicanálise, como área de conhecimento e igualmente de modo específico, nas reflexões referentes ao sujeito e ao discurso.

Essa a justificativa teórico-conceitual. Quanto ao aspecto metodológico, tentaremos justificar essa incursão pelo modo como Freud lê a memória e o inconsciente: como aparelhos de linguagem.

Ler a construção da memória e do inconsciente por meio do discursivo-ideológico em confronto com o modo de lê-los pela Psicanálise parece-nos resultar em um diálogo necessário, pois complementar em termos de referencial teórico, principalmente quando se o faz a partir da AD.

3.3.1. A memória e o inconsciente como construções de linguagem

Freud, no que formulou sobre a memória, aborda o conceito recorrendo a uma metáfora, a da lousa mágica.

A lousa mágica pode ser considerada metáfora-síntese (ou imagem-síntese) das idéias formuladas por Freud em *Uma nota sobre o bloco mágico* (texto de 1925) acerca de sua concepção de linguagem e, conseqüentemente, do psiquismo como *aparelhos*[62] (e há ainda sua formulação referente à *máquina textual*, descrita a Fliess na Carta 52) e a partir das quais discute a memória. Para chegar à imagem da lousa mágica, percorre um caminho que acaba por indicativo de que o prolongamento das funções sensoriais é promovido pelo aprimoramento da técnica e da ciência. Diz o autor:

> Todas as formas de aparelhos auxiliares que inventamos para a melhoria ou intensificação de nossas funções sensoriais são construídas segundo o mesmo modelo que os próprios órgãos dos sentidos ou parte deles: óculos, câmeras fotográficas, cornetas acústicas, por exemplo (volume XIX – Obras Completas – Edição Eletrônica).

Todos esses aparatos técnicos podem ser considerados como materializações do aparelho mnêmico humano e tidos, em sua materialização, paradoxalmente, como representantes da idealização do homem em ampliar os limites de seu funcionamento bem como entendê-lo, desvendá-lo, construí-lo.

A materialização e a ampliação de uma memória estariam culturalmente representadas pela língua, pelo alfabeto, pelos vários suportes materiais em que se organizam, como o caderno, o livro, o computador, os discursos.

No capítulo III de seu livro *O Mal-Estar na Civilização* (1930[1929]), Freud assim explicita essa idéia:

> Na câmara fotográfica, criou [o homem] um instrumento que retém as impressões visuais fugidias, assim como um disco de gramofone retém as auditivas, igualmente fugidias; ambas são, no fundo, materializações do poder que ele possui de rememoração, isto é, sua memória (Vol. XXI, Cap. III – Obras Completas – Edição Eletrônica).

Recorrendo a metáforas para a construção de sua teoria, Freud fortalece a idéia de um

---

[62] Freud concebe o conceito de aparelho psíquico no seu texto *Projeto para uma psicologia científica* ou, simplesmente, *Projeto* (de 1895). Especificamente sobre linguagem, desenvolveu o artigo *Sobre as afasias* (de 1891), um de seus primeiros textos.

real sempre construído, sempre fruto de interpretações e, nesse caso, o da elaboração do conceito de memória, de um real construído a partir de um certo jogo entre suportes (como se nesse jogo estivesse posto como pressuposto o próprio jogo da representação): folha de papel, caderneta, lousa. Esses três suportes teriam, segundo o autor, vantagens e desvantagens quanto à capacidade de registro que comportam. A folha de papel e a caderneta possibilitam "traços permanentes", porém com capacidade receptiva restrita; a lousa, ao contrário, possibilita a preservação do suporte e de sua capacidade receptiva ilimitada, mas não a preservação dos traços.

O bloco mágico[63] seria, dentre os aparatos técnicos, o correlato, em termos de estrutura e funcionamento, do aparelho perceptual da mente. Essa relação se estabelece pelo fato de o bloco condensar as duas funções, excludentes, da folha de papel, da caderneta e da lousa. Ao mesmo tempo em que possibilita uma capacidade receptiva ilimitada, proporciona a permanência dos registros nele inscritos, uma vez que o registrado sobre o celulóide permanece gravado sob o celulóide.

A folha fina de celulóide, que recebe as impressões, mas não as retêm, representaria o sistema perceptivo consciente, ao passo que a camada material em que as impressões se fixam representaria o sistema perceptivo inconsciente, cuja função seria preservar, embora não de maneira inalterável, esses traços permanentes em "sistemas mnêmicos".

De maneira rudimentar ainda, acessamos a idéia de Freud de um *aparelho psíquico* funcionando como uma máquina de escrita e leitura, como uma *máquina textual*.

Novamente ressaltamos a idéia de aparelho presente nas teorias freudianas como a representação da complexidade que envolve a exploração, teórica e metodológica, de objetos e conceitos como os de memória, linguagem, leitura e escrita. A abordagem estrutural proporcionada pela idéia de aparelho auxilia na compreensão desses elementos a partir de suas articulações, diferenciações e funções.

Em seus estudos sobre a afasia[64] (1891), Freud rejeita a idéia de a função da linguagem estar atrelada a uma localização fragmentada e defende, em contrapartida, uma

---

[63] "O Bloco Mágico é uma prancha de resina ou cera castanha-escura, com uma borda de papel; sobre a prancha está colocada uma folha fina e transparente, da qual a extremidade superior se encontra firmemente presa à prancha e a inferior repousa sobre ela sem estar nela fixada" (Vol. XIX – Obras Completas – Edição Eletrônica). Essa é a descrição literal do suporte feita por Freud. Para efetuar uma inscrição, basta usar a folha de celulóide, na qual se calca um objeto pontiagudo que registrará sobre sua superfície o que, posteriormente, pode ser apagado apenas levantando-se a folha fina de celulóide. Desse modo, o suporte pode ser reutilizado quantas vezes forem necessárias, mantendo as inscrições na prancha como palimpsestos.

[64] A afasia está relacionada a distúrbios que envolvem a memória e que se manifesta em problemas de linguagem (compreensão e articulação de palavras).

localização global e articulada. Nesses seus estudos, limita-se a uma discussão sobre a linguagem, da qual resultará sua crítica aos adeptos da teoria da localização.

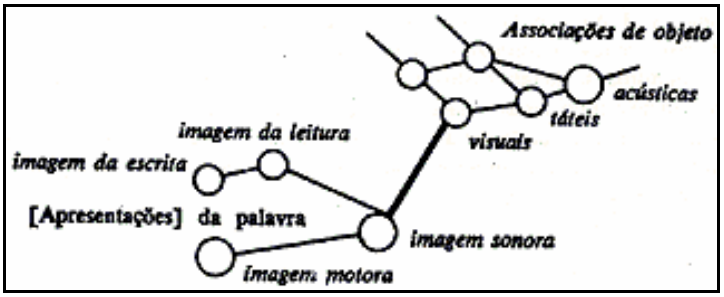
Freud parte da leitura de várias cenas descritas por neurologistas da época para tentar articular problemas que aparecem em um nível de linguagem com perturbações que se encontram no próprio funcionamento do aparelho de linguagem, ainda descritas por ele pelo referencial da neurologia. O que Freud tenta analisar criticamente é a relação estabelecida na época entre uma lesão, detectada em um centro específico, que incorrerá em uma causalidade mecânica, que vem acompanhada da idéia de que um estímulo externo mantém uma relação direta com uma representação localizável em pontos específicos do córtex cerebral e que tem nas fibras nervosas simplesmente os condutores do processo. Na base de sua crítica está o fato de a *representação*, nesses moldes propostos, ser uma cópia do estímulo externo, das impressões do sujeito. Decorre dessa idéia sua concepção de *aparelho de linguagem* (*Spracheapparat*). Assim a *função* da linguagem estabeleceria relações com as da visão, da audição e da motricidade. Portanto, pela articulação, pelo entremeio, pelo cruzamento de instâncias é que se pode apreender/construir a complexidade de funcionamento de um aparelho, no caso, do aparelho de linguagem, o que pressupõe elementos como tradução, funcionamento, estrutura, código.

O fato de Freud não estabelecer uma relação mecânica entre impressões e representações (entre elementos sensoriais e psíquicos) mas, ao contrário, de ver entre os processos operando um paralelismo congrega com a idéia de que um processo que se difunde de uma área do córtex a todo seu conjunto implica uma modificação em rede. Tal modificação indica que, uma outra vez excitada, a área cortical possibilitará que as mesmas vias sejam percorridas, o que faz surgir a imagem mnêmica, a recordação.

Estamos diante de uma correspondência entre processo fisiológico sensorial, processo nervoso no nível cortical e processo psicológico (da ordem das representações), o que levará Freud a formular que não existiria uma representação do objeto, mas a representação seria resultado da diferença entre associações.

Nesse ponto de suas reflexões, ressaltamos a importância que confere à *palavra*, tida na psicologia como unidade-base da função da linguagem, na fala, que em sua complexidade articula elementos acústicos, visuais e cinestésicos.

Vale a pena retomar o esquema psicológico da representação-palavra proposto por Freud, extraído de seu texto sobre as afasias, e que já havíamos reproduzido à página 105. O psicológico dessa identificação contrapõe-se ao anatômico, o que evidencia sua ênfase na representação:



Freud distingue quatro componentes da apresentação da palavra, que se combinam em associações: a 'imagem sonora', a 'imagem visual da letra', a 'imagem motora da fala' e a 'imagem motora da escrita'. Os indivíduos iniciam seu processo de fala por associação às palavras ouvidas de outrem (geralmente essa associação é complexa, já que a criança tende a associar vários sons a um único produzido por ela), por repetição, por soletração, iniciam seu processo de leitura e escrita, processos esses inter-relacionados e complexos.

Ao colocar as expressões *apresentações da palavra* e *associações de objeto* invalida a questão da impressão ligada diretamente à representação e reforça a idéia de a representação resultar de um processo de associações, o que o aproxima da formulação sobre um caráter arbitrário da representação. As impressões, por outro lado, teriam aquele papel de provocar excitações no córtex cerebral, responsáveis por inscrições armazenadas e identificadas por Freud como imagens mnêmicas. São elas as responsáveis pela manifestação dos quatro componentes das apresentações da palavra indicados acima.

A palavra seria, portanto, esse complexo de associações de imagens mnêmicas ou representações, cuja materialização se processa pela articulação entre imagem acústica e representação do objeto.

A significação estaria no eixo que une as apresentações da palavra às associações de objeto em seu processo de relações e articulações entre os componentes sonoro, visual e motor.

Vemos aqui expresso um diálogo estabelecido entre a Psicanálise e a Lingüística com relação ao caráter arbitrário das relações que se processam entre aparelhos de linguagens, porém, como todo bom diálogo, com imbricações significantes.

Pelo esquema construído por Freud, percebemos que as apresentações de palavra (ou representação-palavra) e as associações de objeto (ou representação-objeto) unem-se pela imagem sonora da primeira e pelo aspecto visual da segunda e notamos ainda que a

representação-palavra constitui-se como um sistema fechado, enquanto a representação-objeto permanece como um sistema aberto.

Se pensarmos em Saussure e sua definição de signo (que nesse caso pensamos poder estabelecer uma correspondência com o esquema de Freud: na representação-palavra teríamos o correspondente ao significante e na representação-objeto, o significado), veremos na representação-objeto em sua relação com a representação algo da ordem da dependência entre palavra e objeto (a palavra representa o objeto enquanto existência externa apreensível), o que invalida a existência de palavras como centauro e minotauro (exemplos dados pelo autor Garcia-Roza em seu livro *Introdução à Metapsicologia Freudiana I*). Se, por outro lado, aludimos à leitura feita por Lacan de Saussure e sua inversão da representação gráfica de signo lingüístico, temos uma cadeia significante operando em paralelo aos conceitos/significados, que, em Saussure, estariam necessariamente atrelados aos significantes. Em Saussure poderíamos ler representação *do* objeto, com Lacan continuamos a ler representação-objeto, pela autonomia que o autor conferiu ao significante em relação ao significado.

Mais uma vez, teríamos na ação do simbólico a relação que se estabelece entre representação-palavra e representação-objeto, já que ambas são *representações* e constituem-se como condições para o estabelecimento do signo, arbitrário por surgir do próprio mecanismo de funcionamento do aparelho de linguagem em suas redes de articulações internas e externas.

Segundo Garcia-Roza (2004), a teoria do aparelho de linguagem começa a se aproximar da teoria do aparelho psíquico quando Freud estuda as parafrasias, as perturbações de linguagem que se manifestam quando o indivíduo está sob efeito de fadiga ou sob a influência de estados emocionais intensos. As parafrasias ou *efeitos de sujeito* manifestam-se pela substituição sinonímica, pela semelhança de sons entre termos ou pela fusão de palavras. Tal processo dá-se pela atuação de traços mnêmicos que despontam na fala do indivíduo à sua revelia, pela ação do inconsciente, que será conceituado em Freud a partir de seus estudos sobre o trabalho dos sonhos, trabalho que igualmente se estrutura como um aparelho de linguagem.

O sonho é caracterizado por Freud como um rébus, cujas imagens devem ser lidas em seu valor significante, o que invalida a idéia recorrente de decodificação das imagens de um sonho, do que o sonho quis dizer, de sua significação imediata pela junção de imagens e sua relação com o exterior delas, nesse caso, a vida em vigília do sonhador.

Mais uma vez, no texto a ser lido, o que deve ser considerado é seu funcionamento e o que de sentido motivarão os arranjos significantes (visuais e sonoros) em uma cadeia.

O modo de funcionamento do aparelho de linguagem será posto, em Freud, portanto, como análogo ao modo de funcionamento do aparelho psíquico. O ponto que funda essa analogia será dado pelos mecanismos de deslocamento e condensação. O trabalho desses dois mecanismos[65] é explicitado teoricamente a partir da análise feita pelo autor com base na interpretação dos sonhos. Os pensamentos oníricos expressos em um conteúdo latente representam uma riqueza de representações que os sonhos em seu conteúdo manifesto (o sonho relatado) não conseguem capturar.

Considerando-se a existência de um *texto integral* do sonho, que está em sua totalidade refletido no sonho como relatado pelo sonhador, e ativando-se o processo de interpretação desse texto formulado, pode-se chegar a um outro texto, mais complexo em termos de relações, contradições, representações. Em suma, o trabalho de interpretação dos sonhos ocorre em um nível de linguagem em que enunciados produzidos acerca do sonho constituem-se no material de interpretação. O material psíquico originário do sonho passa por um processo de condensação[66] que opera uma síntese, de tal modo que o sonho relatado acaba por transformar-se em um fragmento do material psíquico que o originou. Ocorre que tomar o sonho em uma interpretação, nas bases formuladas pela Psicanálise, é considerar o surgimento de sentidos[67] até então não lidos, não produzidos no texto relatado.

Em sua análise de alguns sonhos, Freud esclarece que o conteúdo e os pensamentos dos sonhos possuem em sua relação processos de representação distintos. O que um elemento aciona enquanto presente no conteúdo do sonho não é o mesmo que alavanca, em termos de significação, quando interpretado em sua relação com os pensamentos dos sonhos.

Considerando-se a variabilidade da relação entre conteúdo e pensamento do sonho e o destaque (ou não) a uma de suas representações integrantes, chega-se à idéia formulada por Freud de que no trabalho do sonho age uma força psíquica cujo resultado e efeito é denominado de deslocamento, a partir do qual se obtém a *diferença* entre conteúdo e pensamento do sonho.

---

[65] Explorados na obra *A Interpretação dos Sonhos* (de 1900).

[66] Interessa-nos tal processo pelo fato de estar presente em outros textos além dos sonhos, como é o casos dos lapsos, dos chistes, das elisões...

[67] Segundo Garcia-Roza, "esse é o ponto em que a Psicanálise se articula com a linguagem e rompe definitivamente com o referencial neurológico do *Projeto*" (2004, p.63).

O inconsciente dessa forma pensado, por intermédio do trabalho dos sonhos[68], em termos dos processos de condensação e deslocamento (de uma síntese de representações que acaba por criar um outro processo, dele resultante, de analogias e simetrias, e de um redirecionamento da energia psíquica que auxilia a operar com redes divergentes de significação, com descentramentos, respectivamente), pode servir como modelo na abordagem de processos comumente tidos como conscientes em sua integralidade, como os de leitura e escrita.

Há ainda outros dois mecanismos de elaboração onírica: a figuração (quando o pensamento do sonho é transformado em imagens) e a elaboração secundária (mecanismo que intenta retirar do sonho seu caráter absurdo e, dessa forma, aproximá-lo do pensamento diurno ou consciente).

Pensar em um funcionamento inconsciente de processos psíquicos em analogia a um funcionamento de processos de linguagem, tidos, em seu uso diário e pelo senso comum, como unicamente conscientes remete-nos novamente ao foco de nossas reflexões nesse item: o conceito de memória.

Os processos de condensação e deslocamento em sua operação estão intimamente ligados ao funcionamento da memória. Como dispositivos a ela análogos representam o dinamismo de seu funcionamento. As percepções da vida em vigília de um indivíduo são registradas em impressões que serão reorganizadas, reimpressas, redirecionadas pelos processos de condensação e deslocamento no trabalho dos sonhos. Do mesmo modo, podemos pensar em tais processos em analogia com os da metáfora e da metonímia que acabam por estruturar os de organização dos modos de ler e dizer do sujeito.

Assim, pensando-se no complexo dessas inscrições múltiplas, de percepções, impressões, traços inconscientes, elaborações e reelaborações oníricas, filiações discursivas e ideológicas, construções culturais, podemos remeter à imagem da *máquina textual* descrita por Freud a Fliess, em sua Carta 52.

Nesse texto, Freud formula a idéia de o mecanismo psíquico operar por estratificação, isto é, por reordenações constantes dos traços mnêmicos, por *reescritas*. Decorre dessa idéia a concepção de que a memória existiria em várias versões, e não como unidade ou instância única de armazenamento de dados, aos quais se recorre a cada ato de elaboração discursiva.

---

[68] A expressão trabalho do sonho ou elaboração onírica refere-se a um efeito de distorção causado pela censura, cujas barreiras, continuamente, se vêem em uma tentativa de serem transpostas pelo desejo. O efeito desse processo de distorção é, dentre outros, o sonho manifesto. Há um outro processo, a partir do qual se parte do conteúdo manifesto para se atingir o latente; esse processo Freud denominou de interpretação.

As percepções do sujeito frente ao mundo de linguagem deixam no aparelho psíquico traços mnêmicos (memória). Na descrição que faz Freud do aparelho psíquico, há uma distinção que remete a um paradoxo: existiria um sistema que receberia as percepções sem armazenar traços (haveria aqui consciência mas não memória); atrás dele, um outro sistema, cuja função seria de transformar excitações fugidias, fugazes, em traços (haveria aqui memória mas não consciência). Chega-se, nesse ponto, à formulação de Freud de que *memória e consciência se excluem*, do que decorre que, por princípio, a memória seria inconsciente.

Temos, portanto, em *sistema* o elemento constituinte do aparelho psíquico. O funcionamento de sistemas interligados acaba por conferir um fluxo de informações em rede que caracterizará, a partir do percurso tomado por elas, tal funcionamento.

Em uma primeira descrição do aparelho psíquico (capítulo VII do texto *A Interpretação dos Sonhos*), Freud apontou para a existência de um sistema que receberia estímulos (internos ou externos) e teria sua localização na extremidade sensória do aparelho – sistema perceptivo – e outro cuja função seria dar acesso à atividade motora e localizado na extremidade motora – sistema motor.

Reelaborando essa primeira descrição, Freud complementa-a salientando que um mesmo sistema não seria apto às funções de percepção e memória. Assim, o sistema perceptivo receberia os estímulos, permaneceria aberto a outras recepções, já que não as registraria nem as associaria, e o sistema encarregado de armazená-los seria a memória. Resulta daí a formulação expressa acima de que *memória e consciência se excluem*.

A partir de suas reflexões sobre o trabalho dos sonhos, Freud acaba por definir esse outro sistema, o inconsciente.

Em seu artigo *O Inconsciente*, Freud assinala que o inconsciente manifesta-se por entre fissuras do consciente, como os chistes, os atos falhos, os sintomas, o sonho, e acrescentaríamos, dentre outros fenômenos, os efeitos poéticos, as ironias, os *nonsenses*. Em um plano do formulado, do consciente, da construção de enunciados, todos esses fenômenos resultam como irrupções da ordem do inesperado, da contradição, da incoerência, provocando descentramentos e deslocamentos em textos produzidos por um sujeito e dados a ler. Como em todo processo de escrita e leitura, esses textos devem acionar processos que resultem em sua transformação em outros textos, pela ação de um sujeito discursivo que neles intervém e dá prosseguimento à cadeia associativa e sintagmática, produzindo outros enunciados e discursos, e de um sujeito do inconsciente, que, ao se manifestar, mobiliza outras articulações significantes.

Estaríamos diante da presença/ausência de dois sujeitos, um do enunciado, da produção material, que se vale da língua para a formulação de seus dizeres, e o da enunciação, da mobilização significante, do inconsciente, dessa outra ordem, submetida a uma sintaxe e a articulações singulares. Se ao falarmos em inconsciente, nos remetermos à enunciação, a uma gramática e articulação singulares, definimos a sua operação uma atuação que não remete a conteúdos, a lugares ou a instâncias, mas a uma estruturação, a uma linguagem.

Nesse sentido, a relação estabelecida entre inconsciente e linguagem remete a uma outra, a da relação entre o inconsciente e o simbólico, uma vez que o acesso ao simbólico se dá por intermédio da entrada na linguagem pelo sujeito. Toda a cultura é tramada pelo simbólico, pelos seus sistemas de representação, que vão dos ritos, mitos, línguas, organizações institucionais (como a família, a escola, o Estado, os sistemas que regem a atuação do homem em sociedade – o jurídico, o religioso, o da ética profissional, o de gênero) aos atuais sistemas midiáticos, para cujas elaborações igualmente concorre a trama do imaginário. Os manejos linguageiros dessa maneira funcionam: por encadeamentos, redes, jogos de substituições, permutas.

Todos esses sistemas construídos pelo homem como extensões de seu poder e necessidade de significação como modos de sua inscrição significante são, como linguagem, lugares de ocultamento. Sua estruturação e funcionamento aparentemente claros, organizados de modo a representar intenções e marcar ações reguladoras e controláveis são, por princípio, mecanismos linguageiros e, como tais, sujeitos à e constituídos na opacidade.

Como anteriormente apontamos, temos a censura atuando no trabalho do sonho e produzindo distorções que no conteúdo manifesto do sonho transformam-se em imagens relatadas muitas vezes sem conexão, ordem e significados, dados a elas, freqüentemente, pelo sonhador no momento do relato, por força da necessidade que o homem possui de ordenação, estabilização e convencionalização pela e da palavra. Essas imagens, ao serem submetidas ao processo de interpretação, resultam em cadeias significantes que apontam, por sua vez, a sentidos não percebidos no sonho relatado. Do mesmo modo, vemos no sistema simbólico da cultura irrupções significantes que, de tempos em tempos (nos marcos que representam processos de ruptura) e continuamente (na ação da linguagem no sujeito), produzem nela deslocamentos, como, em um sentido cultural amplo, os movimentos de ruptura e vanguarda, as contravenções, os movimentos revolucionários, rebeliões de toda ordem e, em um sentido cultural específico, a língua – um dos sistemas que movimenta a cultura –, por exemplo, nas irrupções que a subvertem, como já salientamos, com chistes, atos falhos, efeitos poéticos,

elisões, ironias. Todos eles efeitos de cultura, de linguagem, todos eles efeitos do inconsciente estruturado como tal.

Se temos em todos esses sistemas simbólicos construções subjetivas e se assumirmos o circuito estabelecido entre simbólico, linguagem e inconsciente para a constituição do sujeito, podemos considerar a idéia de o inconsciente como linguagem e, conseqüentemente, como simbólico interceptar a relação entre homem e *mundo* e dos sistemas simbólicos entre si. Nesse sentido, a AD e a Psicanálise confrontam-se e conformam-se na acepção que faz a AD sobre a relação entre ideologia e inconsciente. As formações discursivas, organizadas pelos mecanismos sociais de linguagem, pelos modos de ler e dizer do sujeito, manifestam o que em Pêcheux lê-se como *ideologia* e em Foucault, como *contradição*.

Os símbolos culturais, e de linguagem, não podem ser lidos como representantes diretos *do mundo* ou com um tal poder de objetivação e apreensão do mundo que possam ditar o que o mundo é. São frutos de relações, interpretações e continuamente atravessados por outros sistemas, igualmente simbólicos, que os constituem, os representam e que se organizam em redes significantes.

Esse caráter de certo modo arbitrário do símbolo e do signo (em se tratando de língua) ligado ao aspecto valor a eles condicionados (a partir de contextos específicos de produção), já que se constitui na relação e, portanto, na diferença, remete-nos, mais uma vez, à lingüística saussuriana, que, a partir da formulação dos princípios inerentes ao signo lingüístico (a arbitrariedade e a linearidade – esta referindo-se à organização da língua em uma sintaxe, ao contrário da organização dos signos visuais, que se dá pela simultaneidade), reforça seu pertencimento a um *sistema significante* e, como todo sistema, aberto a rearticulações, reorganizações, deslocamentos.

É e a partir dessa idéia de um aparente condicionamento do homem ao simbólico e um seu aprisionamento por ele e de ver na língua um lugar de deslocamento e subversão que Lacan irá expor em seu texto *A instância da letra no inconsciente* seu modo de ler e escrever Freud e Saussure.

Como já apontamos (2.1.1.), não há na definição saussuriana de signo uma equivalência entre o nome e a coisa, mas uma relação, arbitrária, entre a imagem acústica produzida na mente do sujeito pelo nome formulado e o conceito que a ele se agrega. A arbitrariedade que une significante e significado seria, assim, da ordem da imotivação.

Desse modo, a representação gráfica do signo lingüístico em Saussure e do aspecto valor mostram que a significação está na relação significado/significante, elementos constituintes do signo e indissociáveis, e na posição do signo no sistema da linguagem.

Saussure vê, porém, na relação significado/significante uma autonomia que, em certo sentido, nem sua concepção de valor relativiza.

Lacan, em seu modo de ler/escrever Saussure, invertendo os elementos da representação gráfica do signo lingüístico e dispondo o significante sob o significado, confere à barra que os separa um valor, o de autonomia do significante em relação ao significado.

Em *A instância da letra no inconsciente*, Lacan lê a barra como o elemento indicativo de duas ordens distintas operantes no signo, o que conferiria uma resistência ao processo de significação. Não se tem mais o signo, portanto, como unidade e se revê sua autonomia em termos de significados dados e estabelecidos, uma vez que é a cadeia significante a produtora desses significados.

Na leitura de Lacan, o significante não representa o significado, mas o antecede e condiciona. Essa ruptura conceitual, que parte de conceitos da Lingüística e que, de certo modo e por isso, vê no funcionamento da língua uma condição subversiva dos dizeres, provoca um reexame no modo de pensamento lógico-ocidental em sua busca pela substância, pelas certezas, pelo significado em sua verdade e exatidão plenas. Se, como defende Lacan, significado e significante operam em paralelo, a partir de duas ordens distintas, em que o significante desliza continuamente sob o significado, tentar capturar o encaixe exato entre significante e significado, desconsiderando-se uma rede de articulações e relações, é prescindir do funcionamento da linguagem, do simbólico, do inconsciente e da memória, o que é, para o homem imerso em cultura e instituições, dentre elas a língua, da ordem do impossível.

Esse deslizamento já foi apontado por nós neste texto quando nos referimos ao trabalho dos sonhos em seus mecanismos de condensação e deslocamento. Lacan os relacionará à metáfora e metonímia[69], considerando que esses mecanismos não atuam apenas no sonho, mas nas operações inconscientes de modo geral. O que propõe é que na condensação há o domínio dos significantes, o que prefigura a metáfora; no deslocamento, por uma substituição por contigüidade dos significantes, ocorre o processo metonímico.

Em termos lingüísticos, a operação metafórica constrói-se pela substituição de elementos que apresentam entre si uma relação de similaridade e a operação metonímica, pela substituição de elementos por contigüidade. Esses deslocamentos conferem à língua sua

[69] O lingüista Roman Jakobson (1995) desenvolve estudos sobre a metáfora e a metonímia ao analisar o problema da afasia (em 2.1.1.), tendo como ponto de partida de suas relações as formulações de Freud sobre os mecanismos de elaboração onírica.

natureza ambígua, sua marca de duplicidade de sentidos e relações. Assim como ocorre com a memória e o inconsciente.

3.4. Pêcheux e Foucault: sujeitos discursivos tramados na complexidade das relações

Buscamos mostrar como um dos conceitos-base da AD aparece formalizado de maneira distinta e complementar por dois dos autores que o forjaram. Talvez o ponto de intersecção (o mesmo que o de ramificação) para um diferencial de leitura proposto por eles seja o filósofo Louis Althusser. Foucault não centraliza suas proposições em uma base explícita e fortemente marxista, assim como não utiliza sua nomenclatura ou conceitos-chave (apesar de reler o marxismo e, posteriormente, o ver como uma *positividade*).

Tal posicionamento leva Pêcheux e Foucault a divergirem em alguns momentos e sobre alguns pontos teóricos específicos, a pensarem diferentemente, sob lugares distintos, as relações entre os três conceitos que alicerçam a AD: o discurso, a História e o sujeito, por nós lidos sob as lentes do conceito de *formação discursiva*.

O conceito de contradição é um exemplo interessante para acompanharmos esse exercício de leitura/(re)construção que ambos fizeram de objetos comuns. A *contradição* na luta de classes, idéia estruturada no marxismo materialista, não é do mesmo modo concebida por Foucault[70] e é um dos elementos que leva o próprio Pêcheux a reconsiderar antigas posições. Ao rever a idéia da homogeneidade das formações discursivas que remete, por sua vez, à retomada da idéia de ideologias dominantes, Pêcheux acaba por considerar que o processo de identificação do sujeito a uma determinada ideologia faz-se pelo processo da contradição (elemento constituinte das formações discursivas e, conseqüentemente, das formações ideológicas, é "antes, um espaço de dissenções múltiplas", segundo FOUCAULT, 2004a, p.175), o que o leva à questão da heterogeneidade constituinte *das ideologias* (não mais vistas em uma suposta dicotomia *dominada – dominante*).

O mesmo ocorre com o conceito de enunciado, que em Pêcheux filia-se, basicamente, à posição na luta de classes daquele que o emprega ou o formula e que em Foucault será estabelecido na e pela relação com outros enunciados, sincronicamente.

Esses embates teórico-conceituais, essas revisões epistemológicas, que ora aproximam mais os autores, ora menos, serão fundamentais para a própria elaboração do conceito de sujeito (como concebido em AD), que, em sua aparente unidade construída historicamente, será redefinido tendo como pressuposto de reflexão o discurso como o lugar de encontro entre

---

[70] Pêcheux chega a formular que Foucault teria recalcado em suas teorizações a idéia marxista da contradição das lutas de classes; Foucault vê as idéias de Marx como uma *caixa de ferramentas* útil e concebe a luta de classes sob a ótica de uma *microfísica do poder*.

língua e história, instâncias atravessadas pelo processo (histórico-ideológico) que envolve, de um lado, a subjetividade e, de outro, a memória, instauradora dos vestígios significantes indicativos de como o sujeito organiza seu dizer e nele se organiza. Processo que se constrói pela heterogeneidade, pela descontinuidade, pela contradição, corporificada no discurso, cuja análise não deve fazê-la desaparecer ou encobri-la, mas cujo jogo entre coerência e aspereza, coesão e desorganização deve evidenciar, assim como se fizeram os diálogos travados por Foucault e Pêcheux e suas ressonâncias significantes.

Uma dessas últimas ressonâncias encontra-se em um texto de Pêcheux, cuja citação abaixo evidencia o teor das preocupações do autor, já na década de 80:

> Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), "há real", isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser "assim". (O real é o impossível...que seja de outro modo) (Pêcheux, 2002, p.29, grifo do autor).

Em um de seus últimos textos, *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (em português com tradução de Eni P. Orlandi e, no original, *Discourse: Structure or Event?* – de 1983), Pêcheux, analisando um acontecimento político francês, a vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais de 1981, e a palavra de ordem gerada por ele em parcela da população francesa ("*on a gagné*", "ganhamos"), propõe o entrecruzamento, para a sua leitura que se seguirá do fato e para suas reformulações teóricas, de três instâncias: a do acontecimento, a da estrutura e aquela surgida da tensão entre descrição e interpretação.

O acontecimento político francês não será objeto de nossas considerações, porém o que o acompanha no que diz respeito a retomadas e afirmações teóricas – de extrema importância para o fortalecimento de algumas posições de Pêcheux – faz-se relevante em nosso trabalho, pressupondo-se o contexto de produção do texto: o de representação de mudanças de rumo (em termos políticos, na França e, conseqüentemente, ressoando discursiva e teoricamente na AD; em termos metodológicos; em (re)filiações epistemológicas e conceituais).

A citação acima é ainda assim desenvolvida: "Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra" (2002, p.29).

O homem em sua produção sócio-cultural desenvolve técnicas materiais que têm como meta a garantia da instrumentalização dos processos naturais, do modo mais eficaz possível para atingir os efeitos desejados. Concomitantemente a esse processo e como um outro gerado

por ele, aparece o que Pêcheux denominou de " 'técnicas' de gestão social dos indivíduos" (2002, p.30). O indivíduo vive um espaço administrativo que organiza esse seu viver, identificando-o, classificando-o, comparando-o com outros indivíduos. Esse espaço, constituído pelo jurídico, pelo econômico e pelo político, proíbe o exercício da interpretação, o que acarreta um uso regulado de proposições lógicas e a recusa, conseqüentemente, de certas *marcas de distância discursiva* (expressão que Pêcheux credita à Jacqueline Authier).

Esse arranjo discursivo em espaços discursivos logicamente estabilizados faz emergir um sujeito ciente do que se diz, já que os enunciados produzidos nessas condições prescindem da enunciação, ancorados que estão em estruturas-modelo. Esse é o terreno da suposta homogeneidade discursiva.

Chegamos à questão, objeto de acirrados debates teóricos, da coerção. Pensando-se que o sujeito pragmático necessita da sensação e da efetivação de uma homogeneidade discursiva (em suas ações cotidianas, o indivíduo necessita ver o espaço discursivo funcionando, assegurado pelas instâncias administrativas, para que sinta suas ações igualmente asseguradas socialmente), seria interessante considerar, como sugere Pêcheux, de modo mais atento se a coerção – caso exista nesses termos – manifesta-se de modo exterior ao sujeito.

Tal necessidade, segundo Pêcheux, tem início na própria relação que cada indivíduo estabelece com seu próprio corpo e com tudo que o circunda e o afeta, material e simbolicamente. Os laços de dependência, o que inclui as *coisas-a-saber*, operam-se, portanto, em *fronteiras*. Temos que

> As 'coisas-a-saber' representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevida biológica) do 'sujeito pragmático': isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo que isto exista (o fato de que seja 'real', qualquer que seja a tomada que o sujeito em questão tenha ou não sobre a estrutura do real [...] (2002, p.34, grifo do autor)

Imaginar (ou imaginarizar) um projeto em que a multiplicidade das *coisas-a-saber* na multiplicidade de suas naturezas (materiais e simbólicas) desse conta, primeiro, do próprio conhecimento delas e de sua natureza, de sua administração e transmissão fez o homem materializar tal fantasma e disseminá-lo por vários meios, da instituição familiar, passando pela escolar, jurídica, econômica, política, cultural, midiática e fortalecê-lo pela ciência.

Pensando a partir do homem comum ou chegando a ele por meio de suas reflexões, Pêcheux concretiza sua crítica à construção da promessa de uma *ciência régia* (por várias vezes exercitada) e com ela à crítica ao marxismo e à sua própria concepção dele:

> - Houve o momento da escolástica aristotélica, procurando desenvolver as categorias que estruturam a linguagem e o pensamento para fazer delas o modelo e o organon de toda sistematização: questões disjuntivas em *utrum* (ou...ou) sobre a divindade, o sexo dos anjos, os corpos celestes e terrestres, as plantas e os animais, e todas as coisas conhecidas e desconhecidas...[...]
> - Há o momento moderno contemporâneo do *rigor positivo*, aparecido no contexto histórico da constituição, enquanto ciências, da física, da química e da biologia, associado à emergência de uma nova forma de Direito (organizado em corpo de proposições) e também em um novo lance do pensamento matemático: um novo organon, construído contra o aristotelismo e apoiado na referência às "ciências exatas", procura por sua vez homogeneizar o real, desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais, através do método hipotético-dedutivo experimental, e as técnicas de "administração de prova".
> - E, last but not least, há o momento *da ontologia marxista*, que pretende de seu lado produzir as leis dialéticas da história e da matéria, outro organon parcialmente semelhante aos dois precedentes, partilhando de qualquer modo com eles o desejo de onipotência (...) (2002, pp.35-36).

Em sua crítica à promessa de criação de *ciências régias*[71], Pêcheux reconstrói um percurso que auxiliou a consolidar o pensamento lógico ocidental em direção ao mascaramento das coisas-a-saber e na sua decorrente elaboração de uma desconsideração de um real que as caracteriza e sustenta. Da escolástica, passando pelo neo-positivismo, ao marxismo, a descontinuidade que organiza as relações humanas passou a ser regulada por uma homogeneidade discursiva, por meio das "categorias que estruturam a linguagem e o pensamento", da homogeneização do real, "desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais" e pela produção das "leis dialéticas da história e da matéria".

O que propõe Pêcheux não é pensar as questões que envolvem a língua, a História e o sujeito do exterior das instâncias que organizaram os modos de lê-los e dizê-los, do exterior, portanto, de categorias, de homogeneização do real e da produção das leis, das normas, das regras, mas pensá-las do interior do jogo que promove tais construções e relações, do interior do processo de interpretação.

Nesse sentido e nesse momento de suas reflexões, Pêcheux aproxima-se muito de Foucault, ao propor que as novas práticas de leitura devem multiplicar as relações entre o que é dito em tal situação e lugar, de tal modo e não de outro, com um dito ocorrido em outro

---

[71] Prosseguindo em suas análises, Pêcheux cita o estruturalismo como o movimento intelectual que na França dos anos 60 surgiu como tentativa anti-positivista de leitura do real. O efeito criado pela trilogia Marx-Freud-Saussure teria promovido uma revolução quanto à concepção de linguagem, de modo amplo, o que fez com que grandes blocos compactos (das pedagogias, das tecnologias, dos humanismos moralizantes e religiosos) fossem, nas palavras do autor, abertos em falhas. Porém, um certo *narcisismo teórico*, um *narcisismo da estrutura*, acabou por fazer o estruturalismo conferir a si mesmo o estatuto de ciência régia, negando, em certa medida, sua posição de interpretação. No início dos anos 80, esse cenário muda, mas não no espaço latino-americano, fato que faz Pêcheux formular a seguinte crítica: "[...] no momento preciso em que a América descobre o estruturalismo, a intelectualidade francesa 'vira a página' [...]" (2002, p.47).

lugar e outra situação. Essas novas práticas, denominadas por Pêcheux de *sintomáticas e arqueológicas*, possibilitariam "entender a presença de não-ditos no interior do que é dito" (2002, p.44).

Discurso, História e sujeito acabam por se reafirmarem como os conceitos essenciais a serem problematizados na AD, já que, nesse momento, em torno de suas críticas ao estruturalismo, Pêcheux coloca a necessidade de se pensar nos discursos do cotidiano, daqueles sujeitos pretensamente lidos e falados por *gestos simbólicos ineficazes e performativos políticos infelizes*[72] (Ibid, p.48).

Pensando no risco de tal movimento acarretar um retorno a positivismos e filosofias da consciência, Pêcheux propõe uma aproximação teórica e metodológica entre uma *análise da linguagem ordinária* e a leitura de *arranjos discursivo-textuais*, devendo-se considerar, para tanto:

1. o real da língua (com seus equívocos, elipses, faltas), sua "heterogeneidade constitutiva" (mais uma vez, Pêcheux credita a expressão a Jacqueline Authier).

Atestando o equívoco como fato estrutural da língua, Pêcheux adensa seu diálogo com Foucault com relação à questão da *descontinuidade*, como proposta pelo filósofo.

Mais uma vez apontando a falha do estruturalismo em não considerar o *caráter oscilante e paradoxal do registro do ordinário do sentido* em suas reflexões, Pêcheux explicita, assim, uma crítica ao que considerou um dos pontos fracos da análise de Althusser sobre os aparelhos ideológicos de estado.

2. a inexistência de uma metalinguagem: todo enunciado é descritível lingüisticamente como uma série de pontos de deriva possíveis, o que oferece atuação para a *interpretação* e para as disciplinas que dela se encarregarão, como a AD (tal idéia foi discutida, em termos de um *funcionamento da língua* por Saussure, Freud e Lacan, como apontamos no Capítulo 2) .

Por causa da existência de um outro (nas sociedades e na História), auscultado no discurso, pode haver ligação, identificação ou transferência, em suma, uma relação aberta à

[72] A essa altura, Pêcheux sugere a leitura de *A Invenção do Cotidiano* (texto de 1980), de Michel de Certeau.

interpretação. Em decorrência disso, as filiações históricas podem se organizar em memórias e as relações sociais, em redes significantes[73].

Negar o processo de interpretação é, segundo Pêcheux, ressuscitar o fantasma da ciência régia, no sentido de que cabe às ciências régias negar o equívoco e com isso afirmar que se pode saber do que se fala.

3. a discursividade como estrutura ou acontecimento.

Com base no conceito de formação discursiva e salientando que tal conceito emprestado a Foucault pela análise de discurso "derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição"[74] (2002, p.56), Pêcheux salienta que todo discurso move-se na dinâmica desestruturação-reestruturação de redes de memória e trajetos sociais. Todo discurso seria indicial, apresentar-se-ia como índice das oscilações, dos deslocamentos das filiações sócio-históricas promovidas por ele.

E é mais uma vez a crítica que vai adensar os fios de reflexão de Pêcheux frente às coisas-a-saber, ao real desconsiderado pelas ciências régias e, principalmente, envolvendo suas preocupações, ao papel da AD como disciplina de interpretação e, como tal, que se abre (e que abre os objetos sob sua análise) ao descontínuo, à falha, ao discurso. Pêcheux propõe colocar em xeque posições sócio-historicamente estabilizadas e estabilizadoras (o que inclui as suas próprias posições), e, ao fazê-lo, conclui sua fala em *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento* com mais uma desconstrução-reconstrução:

> Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade (Ibid, p. 57).

[73] Pêcheux esclarece que as "coisas-a-saber" devem sempre ser tomadas em redes de memória, em filiações identificadoras e não como aprendizagens em interação. Tal esclarecimento acompanha um reforço à crítica que faz a Foucault, quando este propõe o caráter relacional dos discursos pela atuação sincrônica dos enunciados.

[74] Segundo Pêcheux, é necessário considerar com mais atenção a idéia de repetição que freqüentemente se liga ao conceito de formação discursiva. Em suas palavras: "no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora" (2002, p.56). Tal leitura sugere-nos uma discussão sobre os conceitos de paráfrase e paródia em sua relação com as formações discursivas e a discursividade.

3.5. Apreender o mundo ou produzir linguagem?

Este questionamento remete a dois modos distintos de se conceber os processos de leitura e escrita e, conseqüentemente, às instâncias discursivas que os envolvem: o sujeito e a autoria.

A rede complexa de mecanismos, da ordem da memória, da História, do inconsciente, da cultura, que envolve esses processos constrói-se, em nosso modo de concebê-la, em *nós* que asseguram o intercâmbio, necessário, entre eles e que promove as condições para seu funcionamento.

Ler e escrever, os *nós* das redes significantes, conferem ao sujeito sua dinâmica e indiciam, igualmente, sua natureza: autorar, interpretar, apropriar-se, reformular, reproduzir, repetir, inscrever-se continuamente nessa trama complexa de relações.

Metafórica e metonimicamente, o sujeito põe-se em curso, ora assujeitando-se, ora sujeitando o outro-Outro a dizeres; produzindo efeitos significantes que põem sob outras perspectivas a adesão, a submissão, a subversão, a resistência.

A apreensão do mundo pressupõe uma sua decodificação e a do homem que com ele se relaciona.

Produzir linguagem é colocá-los todos – mundo, sujeito, linguagem – em funcionamento, é tentar lê-los em suas dinâmicas significantes.

No próximo capítulo, encerraremos nossas reflexões com essa tentativa, propondo algumas posições de leitura, sugerindo a demarcação de alguns outros *nós*, produzindo linguagem.